

Estudo Técnico Preliminar 18/2023

1. Informações Básicas

Número do processo: 50500.296350/2022-12

2. Descrição da necessidade

Dentro da competência da ANTT quanto à exploração da infraestrutura rodoviária federal, estabelecida na Lei Federal nº 10.233/2001, há de se esperar que seus mecanismos de atuação estejam constantemente atualizados com as políticas públicas setoriais. Conforme aumenta o número de concessões de rodovias federais, torna-se necessário adequar o apoio especializado à instituição para garantir a correta gestão, regulação e fiscalização dos contratos de concessão de rodovias federais.

Nessa linha de raciocínio, os recortes mais relevantes da argumentação apresentada pela SUROD sobre sua necessidade foram destacados no Documento de Formalização de Demanda SEI nº 14838310:

“Os contratos de concessão possuem a obrigação de execução de diversas obras de grande monta. A fiscalização de investimentos dessa natureza demanda reforço significativo nas estruturas técnicas e de gerenciamento da ANTT, especialmente na regulamentação, planejamento, programação, controle de todas as atividades de gestão e fiscalização que ocorrem nas unidades regionais, com foco permanente e exclusivo em sua execução, dirimindo possíveis entraves na sua concepção e desenvolvimento.

A fiscalização e regulação são realizadas, portanto, por Especialistas em Regulação e Técnicos em Regulação. Os servidores estão lotados na sede da ANTT e também nas unidades regionais. As ações de fiscalização e regulação são divididas em inspeções de campo, análises e produção documentais decorrentes da gestão dos investimentos.

(...)

Ocorre que para a gestão das obrigações contratuais em alto nível do corpo técnico de servidores da ANTT, faz-se necessário um refinamento nas ações de análise documental, preparação de documentos técnicos e prestação de subsídios para tomada de gestão gerencial. As ações descritas acima são consolidadas ao longo do ano concessão para que tenha seus efeitos tarifários previstos em contrato aplicados no momento das revisões tarifárias de cada concessão.

(...)

Entretanto, em razão da possibilidade de eventual anulação do Contrato n. 001/2022 pela ANTT, motivada por irregularidade identificada no Pregão n. 32/2021, conforme entendimento da Procuradoria Federal junto à ANTT manifestado no processo 50500.144233/2022-74, entendemos que novo processo licitatório destinado à contratação de outra prestadora apta a dar continuidade à execução dos indicados serviços de apoio constitui a providência mais oportuna e conveniente a ser tomada neste momento.

(...)

Nesse sentido, considerando-se que recentemente foi firmado outro contrato de apoio às atividades da Gerência de Gestão e Fiscalização Econômico-Financeira Rodoviária - GEGEF, o novo contrato ora solicitado visa a atender às necessidades das seguintes unidades: Gabinete da SUROD, Gerência de Gestão Contratual - GECON, Gerência de Fiscalização Operacional de Rodovias - GEFOP, e Gerência de Regulação Rodoviária – GERER.”

Os argumentos enviados pela SUROD têm fundamento e receberão detalhamento da equipe de planejamento a seguir, começando pela circunstância ocorrida com o Contrato nº 001/2022.

2.1 Excepcionalidade ocorrida durante o Contrato nº 001/2022 - CONSÓRCIO TÜV-GEOSISTEMAS 03

O Contrato nº 001/2022 - CONSÓRCIO TÜV-GEOSISTEMAS 03 foi resultado da licitação realizada no Processo SEI nº 50500.119961/2021-67. Este contrato teve início em 31/01/2022 e teria uma validade de 30 (trinta) meses. No entanto, no Processo SEI nº 50500.144233/2022-74, uma excepcionalidade foi identificada, ficando comprovada a impossibilidade da contratada dar seguimento ao seu compromisso de fornecer equipe especializada de apoio às atividades da SUROD.

Essa condição foi descoberta a partir da resposta da VIABAHIA Concessionária de Rodovias S.A., enviada por meio da Carta VB-GEC-1379/2022, SEI nº 12807734, à consulta enviada pela SUROD por meio do OFÍCIO CIRCULAR_SEI Nº 1501/2022/SUROD/DIR-ANTT (SEI n. 12651015). Foi constatado que a empresa TÜV RHEINLAND DUCTOR LTDA, participante do consórcio, tinha contrato de prestação de serviços junto à concessionária até a data de 30/08/2022.

Uma vez que o período de prestação de serviços estaria em vigor ainda na vigência do Contrato nº 001/2022, a SUROD iniciou procedimentos de consulta à SUDEG quanto à irregularidade anunciada, questão que em seguida foi encaminhada para manifestação da Procuradoria Federal junto à ANTT. Esse órgão elaborou sua avaliação por meio do PARECER n. 00361/2022/PF-ANTT/PGF/AGU, SEI nº 14531285, cujo destaque principal para este estudo se apresenta no seguinte texto:

“9. Com isso, competia à empresa TÜV RHEINLAND DUCTOR LTDA o dever de informar à ANTT a existência de contrato que provocasse a incidência do item 4.2.9 do edital, em razão do dever de boa fé exigido dos licitantes e insculpido no art. 19, III do Decreto 10.024, 2019.

‘DECRETO Nº 10.024, DE 20 DE SETEMBRO DE 2019 Art. 19. Caberá ao licitante interessado em participar do pregão, na forma eletrônica: III - responsabilizar-se formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assumir como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros;’

10. Ao não cumprir seu dever de regularmente informar a existência de critério objetivo que a afastaria do certame, a referida empresa turvou as regras incidentes ao pregão eletrônico em comento e provocou um vício insanável à presente licitação. É importante reforçar este ponto”.

Esse fragmento de texto ilustra o fundamento da ação seguinte, a qual foi a emissão da Autorização DG SEI nº 14670162 para “o início do procedimento de anulação do Pregão Eletrônico n. 032/2021 e do Contrato Administrativo n. 001/2022, com base na análise técnica apresentada nos autos.”

Desse momento em diante, a SUROD iniciou seu procedimento de solicitação de novo processo licitatório para substituição de empresa fornecedora de apoio especializado às suas atividades, fato materializado no processo nº 50500.144233/2022-74.

Também requereu, por meio do DESPACHO SUROD SEI nº 14824305, os efeitos de modulação de eventual declaração de nulidade contratual para a postergação dos trabalhos do CONSÓRCIO TÜV-GEOSISTEMAS 03 até que fosse finalizada a contratação resultante do futuro pregão.

O caso finalmente culminou com procedimento administrativo que resultou na anulação do procedimento licitatório em referência, conforme estabelecido no âmbito do processo **50500.276729/2022-14**. Destarte, exarou-se o TERMO DE ANULAÇÃO DE PROCEDIMENTO LICITATÓRIO DG (SEI nº 16164934), bem como houve a publicação do aviso de anulação (SEI 16421148) no Diário Oficial da União (DOU- Seção 03- de 13 de abril de 2023).

Convém, contudo, esclarecer que a anulação supracitada, em detrimento de efeito *ex tunc*, possuiu modulação na aplicação de seus efeitos, ou seja, não somente **determinou a instauração de novo procedimento licitatório** a fim de suprir a necessidade dos serviços, estabeleceu que os efeitos da declaração em comento *“somente terão eficácia a partir da data na qual for iniciada a execução do novo contrato de prestação de serviços que suceder ao Contrato n. 001/2022.”*

Destarte, por determinação superior da Diretoria Geral da ANTT, subsidiada pela Superintendência de Gestão Administrativa- SUDEG, fica afastada a hipótese de aditivos a contratos preexistentes que visariam a tentar preencher a lacuna ocasionada com o encerramento do Contrato n.º 001/2022, o que, de fato, não atenderia à demanda presente (além dos contratos atualmente vigentes no âmbito da SUROD não abarcarem de forma cabal o objeto e atividades pretendidos, no máximo de forma precária). Tampouco, mesmo que possível, aditivos a contratos existentes, deixariam de atender o volume de trabalho e a necessidade de mão de obra para um novo contrato, em vista da ampliação das atividades da SUROD, com criação de novas Gerências e, sobremaneira, face ao advento de número crescente de novas concessões rodoviárias não previstas à época do certame originário.

2.2 Critério de Remuneração por Postos de Trabalho

Opta-se pela contratação da mão de obra com **dedicação exclusiva por posto de trabalho com mensuração de resultados (híbrido)**, sob a égide da IN n.º 05/2017- SEGES/MP, do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, com destaque para o item 2.6 do Anexo V.

Trata-se de serviço de natureza continuada, cuja opção é equivalente ao já adotado em diversas outras contratações similares da ANTT, podendo-se citar alguns:

- Contrato 028/2021;
- Contrato 048/2021;
- Contrato 049/2021;
- O próprio Contrato 001/2022

Conforme estabelece o item 2.6- d.1.2 da IN 05/2017- SEGES/MP, trata-se de adoção de critério excepcional, posto que possível.

A fim de expor as justificativas para a opção em lide, ressalte-se que o critério híbrido de posto de trabalho, atrelado aos índices de Medição de Resultados, já foi estudado e testado pela ANTT em várias oportunidades. Veja-se o despacho SEI nº 7277339 da SUOD, no âmbito do processo nº 50500.039542/2021-42 (*verbis*):

“é importante salientar que este modelo já foi testado, e comparando o Contrato nº 10/2020 ("Postos de Trabalho") com o Contrato nº 75/2014 ("Mensuração de Resultados"), observamos uma melhoria significativa na qualidade dos estudos, análises e demais serviços prestados pela empresa de apoio técnico. Este modelo de contratação também foi realizado no processo nº 50500.308176/2019-62 (Contrato nº 14/2020 - SEI nº 4202642) e nº 50500.431545/2019-10 (Contrato nº 32/2020 - SEI nº 4819419), relativo às contratações das empresas de apoio técnico da SUOD e SUFER.”

Outrossim, cabe aqui destacar a imprevisibilidade da quantidade de atividades sob competência das gerências da SUOD no longo prazo. Contribuem para a referida afirmação, os estudos para início de novas concessões rodoviárias a serem firmadas nos próximos anos e o volume de questionamentos e ações judiciais impetrados por órgãos de controle e/ou pelas concessionárias já atuantes. Entendemos que os eventos relacionados acima demandarão uma maior atuação de toda a SUOD, não sendo possível, no atual momento, quantificar o volume de serviço acrescido pelas ocorrências apresentadas. Prova disso é o ocorrido desde que se firmou o Contrato 001/2022 até o presente, com a incorporação de 03 novas concessionárias de rodovias federais de grande porte (CCR Rio-SP, EcoRioMinas, Via Brasil), além da reestruturação da SUOD decorrente do novo Regimento Interno da ANTT (Resolução ANTT n.º 5.977/2022), podendo-se citar a criação da Gerência de Fiscalização- GEFOP e implantação de suas coordenações e escritórios de fiscalização- CORODs e ESRODs.

Destaque-se que no caso em tela foi prevista a aplicação do Índice de Medição de Resultados- IMR, em conformidade com as regras estabelecidas no Anexo III - instrumento de medição de resultado – IMR do Termo de Referência. Assim, entende-se mais adequada a utilização do modelo híbrido atualmente em uso em outros contratos dessa Agência.

Ainda, não se vislumbram vantagens econômicas da opção do critério de pagamento dar-se por produto ou híbrido (posto de trabalho com mensuração de resultados/produtos). Isto porque, na orçamentação de ambas as situações, o que figura como decisivo para formação do preço de venda é o valor de consultoria empregado, da mão de obra, no tempo dedicado para a consecução de determinado rol de atividades. Como se trata de dedicação exclusiva e integral, o tempo dispendido e os profissionais são similares para os dois casos. Neste espeque, vale-se mais da avaliação segundo a eficiência administrativa para decisão.

Note-se, por exemplo, a situação hipotética de realização de levantamento de subsídios à avaliação de revisões ordinárias no âmbito da GECON para tomada de decisão dos servidores responsáveis pela análise.

Na situação 01, tem-se uma simulação da composição de custos unitários para o posto de engenheiro sênior que atuaria neste apoio técnico:

- Custo mensal do posto (salário+encargos+benefícios) = R\$ 33.733,26
- Tempo mínimo para a demanda = 15 dias
- Quantidade de demanda executada no mês= 02
- Custo mensal total= R\$ 33.733,26

Na situação 02 tem-se a simulação da composição de custos unitários do produto da mesma demanda:

- Custo unitário do produto (custo de mão de obra de consultoria x quantidade de dias-15 dias) = R\$ 16.866,63
- Tempo mínimo para a demanda = 15 dias
- Quantidade de demanda executada no mês= 02
- Custo mensal total= R\$ 16.866,63 x 02 produtos= R\$ 33.733,26

Importante salientar ainda que a expectativa de produtos para um mesmo mês pode aumentar repentinamente, acentuadamente em vista da crescente demanda da SUOD, como já exposto. Com isso, a tendência é que, no exemplo supracitado, haja mais produtos no mesmo mês, e com isso, remuneração mensal maior por produto. Em contraposição, para o posto de trabalho, independente da quantidade de produtos no mês, o profissional demandado realizaria, sob um mesmo preço, mais demandas. O risco de vantagem econômica menor dar-se-ia apenas na hipótese de ocorrências imprevistas de menor fluxo de trabalho no mês (demandas por produtos), o que não se mostra aderente à presente realidade da SUOD, muito ao contrário, por todo o exposto até aqui.

Por último, convém destacar o teor do Acórdão TCU n.º 1097/2019- Plenário, onde aquela Corte de Contas realiza uma série de determinações à ANTT, com destaque, neste caso, para o item 9.2.1, conforme transcrito:

“9.2. determinar à Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), com fundamento no art. 250, inciso II, do Regimento Interno/TCU, que somente prorogue o Contrato 32/2018, celebrado com a empresa Plansul Planejamento e Consultoria – EIRELI pelo prazo necessário para a realização de novo certame, caso necessária a continuidade dos serviços, e que adote, nesse caso, as providências para assegurar a realização tempestiva de processo licitatório, atentando para que os seguintes quesitos sejam analisados quando da realização dos estudos técnicos preliminares referentes à fase de planejamento da licitação:

9.2.1.o modelo da contratação por postos de serviço em comparação à contratação por resultados ou híbrido, com qualidade aferível;”

Como se vê, o órgão de controle aponta restrições à utilização meramente do critério de posto de trabalho, em detrimento do híbrido, como é o caso. Assim, procurou-se também manter consonância com a jurisprudência existente.

2.3 Métricas de Aferição da Produtividade

Como visto no item anterior, para o critério híbrido (posto de trabalho com aferição de resultados) estabeleceu-se metodologia atinente ao Índice de Medição de Resultados- IMR para o cumprimento do quesito de aferição.

Contudo, observando os contratos afins, cuja métrica também aplica o IMR, sobretudo o Contrato n.º 001/2022 que se pretende substituir, notou-se que o número de dados coletados para obtenção do índice poderia ser ampliado, a fim de melhor espelhar a produção mensal da equipe correlata.

Desta forma, houve no presente trabalho a reforma da metodologia até então empregada, no sentido de promover ganho na monitoração dos trabalhos executados, o que contribui inclusive para a gestão do contrato, na medida em que permitirá a elaboração de painéis gerenciais com maior riqueza de detalhes, buscando assim o aperfeiçoamento da prestação de serviços no âmbito da SUOD.

Assim, ao passo que o IMR até então vigente previa coleta de dados de atividades específicas, atribuídas a alguns postos de trabalho, o IMR previsto neste trabalho de planejamento amplia o universo amostral, além de estabelecer melhor separação e descrição entre a avaliação das atividades quanto à tempestividade e outra quanto à qualidade do que for produzido.

Destarte, o IMR ora estabelecido requer que **todos** os postos de trabalho sejam avaliados quanto ao nível de qualidade da produção, em **todos** os itens dos relatórios de produção mensal que cada membro da equipe deve elaborar.

Com isso, a metodologia planejada é a dos quadros seguintes:

| INDICADOR 01- NÍVEL DE TEMPESTIVIDADE DE PRODUÇÃO - NTP | |
|---|--|
| | |

| ITEM | DESCRIÇÃO |
|---|--|
| Finalidade | Garantir a prestação dos serviços de forma tempestiva, no prazo requerido, de modo a alcançar o objetivo da contratação. |
| Meta a cumprir | Cumprimento tempestivo dos serviços integrantes das atividades conforme a meta de tempo médio por relatório definido neste instrumento. |
| Instrumento de Medição | Planilha de cálculo de tempestividade e controle de qualidade por tarefa. |
| Forma de acompanhamento | Verificação mensal por parte da fiscalização do cumprimento dos prazos estabelecidos de execução, conforme relatórios técnicos apresentados (concluídos) e tecnicamente aceitos pela fiscalização. A contagem do tempo se inicia a partir do recebimento do processo no Sistema Eletrônico de Informações - SEI pelo colaborador ou grupo de colaboradores. |
| Periodicidade | Mensal |
| Mecanismo de cálculo | Total de atividades entregues no prazo / atividades demandadas |
| Início da Vigência | 30 (trinta) dias após o início das atividades. |
| Nível de Tempestividade de Produção - NTP | Desconto no Pagamento |
| 89,01% e 90,00% | 0,25% de desconto |
| 88,01% e 89,00% | 0,5% de desconto |
| 87,01% e 88,00% | 1,0% de desconto |
| 86,01% e 87,00% | 1,5% de desconto |
| 85,01% e 86,00% | 2,0% de desconto |
| Abaixo de 85,00% | 2,5% de desconto |
| Sanções | DNTP = % desconto no pagamento Caso ocorra desempenho Insatisfatório em mais de uma ocasião na vigência do contrato, será avaliada a possibilidade de adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 12 do artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993; ou a possibilidade de instauração de processo de apuração conforme Termo de Referência. *DNTP: Desconto de Nível de Tempestividade de Produção |

| ATIVIDADES DE APOIO TÉCNICO PARA NÍVEL DE TEMPESTIVIDADE DE PRODUÇÃO - NTP | | | |
|--|--|------------------|----------------------|
| Posto de Trabalho | Tarefa Avaliada | Unidade da SUROD | Prazo de Atendimento |
| Engenheiro Sênior | Suporte técnico na elaboração de documentos Técnicos na Revisão de Tarifa Básica de Pedágio de Competência da GECON - 1ª manifestação técnica | GECON | 22 dias úteis |
| | Suporte técnico na inclusão e exclusão de investimentos, obras e serviços nos contratos de concessão. | GECON | 11 dias úteis |
| | Suporte Técnico na análise e simulações referente a investimentos e custos operacionais das concessões | GECON | 11 dias úteis |
| | Suporte Técnico em análise de estudos de tráfego | GECON | 11 dias úteis |
| | Suporte técnico para análise de relatórios de inspeção das obras finalizadas, realizados pelas Coordenações Regionais de Fiscalização da Infraestrutura Rodoviária - CORODs | GEFOP | 11 dias úteis |
| | Suporte técnico na revisão de procedimentos e da documentação de recebimento de obras dentro da SUROD | GEFOP | 11 dias úteis |
| | Suporte técnico na gestão e controle da fiscalização dos contratos de concessão das rodovias federais, no que diz respeito à apuração de inexecuções e descumprimentos de cronograma | GEFOP | 11 dias úteis |
| | Suporte técnico na apuração de haveres e deveres, sobretudo quanto aos itens atribuídos à apreciação da GEFOP | GEFOP | 22 dias úteis |
| | Suporte técnico na análise e aprovação de planos de fiscalização e suas atualizações /revisões | GEFOP | 15 dias úteis |
| | | | |

| | | | |
|------------------|---|---------------------|---------------|
| | Suporte técnico na elaboração de documentos Técnicos na Revisão de Tarifa Básica de Pedágio de Competência da GECON - 2ª manifestação técnica | GECON | 11 dias úteis |
| | Elaboração e acompanhamento de indicadores estratégicos da SUROD | Assessoria da SUROD | 22 dias úteis |
| | Desenvolvimento e controle de sistemas para gestão e fiscalização dos contratos de concessão | Assessoria da SUROD | 22 dias úteis |
| Engenheiro Pleno | Suporte técnico na revisão e atualização dos planejamentos anuais | GECON | 22 dias úteis |
| | Suporte técnico no acompanhamento dos processos de autorização de início de obras previstas nos contratos de concessão. | GECON | 22 dias úteis |
| | Manutenção de informações que envolvem gestão das atividades relacionadas à recomposição do equilíbrio econômico-financeiro | GECON | 22 dias úteis |
| | Suporte Técnico em análise e auditoria referente a perda de receitas | GECON | 11 dias úteis |
| | Suporte técnico na elaboração de documentos Técnicos no controle de inexecuções e no apoio ao recebimento das etapas Trabalhos Iniciais e Recuperação previstas no PER das concessionárias | GEFOP | 22 dias úteis |
| | Suporte técnico na padronização e análise dos dados provenientes dos equipamentos (controle de velocidade, sensoramento de pista, etc.) das concessionárias | GEFOP | 22 dias úteis |
| | Suporte técnico na padronização e análise dos dados provenientes dos sistemas gerenciais das concessionárias | GEFOP | 22 dias úteis |
| | Suporte Técnico na padronização e registro dos dados de TRO e AI emitidos na fiscalização da manutenção e conservação da rodovia | GEFOP | 22 dias úteis |
| | Suporte técnico na padronização e análise dos dados provenientes dos sistemas em funcionamento no âmbito da ANTT, apoio ao acompanhamento dos programas de segurança viária. | GEFOP | 22 dias úteis |
| | Suporte técnico na emissão de pareceres, análises, expedientes, notas técnicas dentre outros voltados ao recebimento das fases de trabalhos iniciais e recuperação, à arrolamento e transferência de bens | GEFOP | 22 dias úteis |
| | Suporte técnico na elaboração de relatórios periódicos de acompanhamento das obras e serviços. | GEFOP | 15 dias úteis |
| | suporte técnico na análise e consolidação da prestação de contas dos recursos destinados a desapropriações e desocupações em rodovias federais concedidas | GEFOP | 15 dias úteis |
| | suporte técnico na análise e consolidação da prestação de contas das verbas destinadas à segurança no trânsito, destinada ao custeio de programas relacionados à prevenção de acidentes, educação no trânsito e comunicação, nos contratos de concessão das rodovias federais | GEFOP | 15 dias úteis |
| | apoiar na análise e consolidar a prestação de contas das verbas destinadas ao aparelhamento da PRF constantes nos contratos de concessão das rodovias federais. | GEFOP | 15 dias úteis |
| | suporte técnico para avaliação da necessidade de complementação ou alteração do manual de fiscalização em relação aos prazos, aos procedimentos e às ações neles definidos | GEFOP | 11 dias úteis |
| | suporte técnico na realização de Reuniões Participativas e de Audiências Públicas | GEFOP | 11 dias úteis |
| | suporte técnico no detalhamento das propostas de alteração de PER e de resoluções nos pontos afetos à fiscalização. | GEFOP | 22 dias úteis |
| | suporte técnico na elaboração de normativos necessários para disciplinar o processo de acompanhamento de obras e serviços. | GEFOP | 22 dias úteis |
| | Suporte técnico na análise de Plano de Trabalho de Recursos Desenvolvimento Tecnológico - RDT e suas alterações; suporte técnico na análise de relatórios parciais e finais de RDT suporte técnico na análise de prestação de contas anual de RDT. | GERER | 22 dias úteis |
| | Apoio técnico na fiscalização in loco dos projetos desenvolvidos com RDT | GERER | 05 dias úteis |
| | Apoio técnico na realização do workshop anual de RDT, conferência e fornecimentos de dados técnicos. | GERER | 22 dias úteis |
| | Suporte técnico ao planejamento anual da execução dos contratos de concessão e cronogramas contratuais de execução. | GECON | 11 dias úteis |
| | Suporte técnico na elaboração de relatórios periódicos de acompanhamento das obras e serviços | GECON | 22 dias úteis |
| | Manutenção de informações técnicas e que envolvem gestão das Atividades | | |

| | | | |
|----------------------------|--|---------------------|----------------|
| | relacionadas à recomposição do equilíbrio econômico-financeiro | GECON | 22 dias úteis |
| | Consolidação das informações de cada um dos indicadores citados no respectivo relatório técnico. | Assessoria da SUROD | 22 dias úteis |
| | Suporte técnico nas respostas em demandas em processo de solicitação de informações de cidadão e de parlamentares federais com prazo | Assessoria da SUROD | 10 dias úteis |
| | Suporte Técnico nas respostas às demandas da ouvidoria quanto aos aspectos de engenharia que houver. | Assessoria da SUROD | 05 dias úteis |
| | Alimentação de sistemas para gestão e fiscalização dos contratos de concessão | Assessoria da SUROD | 22 dias úteis |
| Engenheiro Júnior | Apoio técnico para consolidação das demandas da SUROD e suas Gerências | GEFOP | 22 dias úteis |
| | Apoio no registro do fluxo de documentos, bem como acompanhamento de prazos para resposta dos mesmos; Suporte técnico para as Atividades de planejamento e controle | GEFOP | 22 dias úteis |
| | Manutenção de informações técnicas que envolvem gestão das atividades relacionadas à aplicação de RDT | GERER | 22 dias úteis |
| | Suporte técnico na elaboração de minutas de documentos relacionados à aplicação de RDT | GERER | 05 dias úteis |
| | Apoio técnico na realização do workshop anual de RDT, elaboração de material técnico, suporte técnico às apresentações, briefings e afins. | GERER | 22 dias úteis |
| | Suporte técnico para análise da documentação, referente ao recebimento das obras finalizadas | GEFOP | 11 dias úteis |
| | Apoio aos processos de relicitação, caducidade. | GECON | 22 dias úteis |
| | Apoio nos processos de alterações contratuais. | GECON | 22 dias úteis |
| | Suporte no acompanhamento dos atos necessários para acompanhamento do TAC. | GECON | 22 dias úteis |
| | | | |
| Bacharel em Direito Sênior | Suporte técnico na análise dos argumentos apresentados pelas concessionárias na defesa e recurso decorrentes de notificações ou autos de infração emitidos, com levantamento de dados e informações necessárias | GERER/CIPRO | 11 dias úteis |
| | Suporte técnico nas análises das defesas e recursos interpostos pelas Concessionárias – PAS | GERER/CIPRO | 11 dias úteis |
| | Suporte técnico na elaboração de minutas de decisão vinculadas ao PAS (processos sancionatórios das concessionárias). | GERER/CIPRO | 11 dias úteis |
| | suporte Técnico nas respostas às demandas da diretoria, CGU/TCU/Auditoria Interna, AESPI, ASCOM, SIC, Tribunal Arbitral, Tribunais de Justiça, Ministério Público, etc. | GERER/CIPAC/CIPRO | 22 dias úteis |
| | apoio técnico na proposição/elaboração de temas de projetos para o eixo temático da SUROD na Agenda Regulatória da ANTT | GERER | 11 dias úteis. |
| | apoio técnico na elaboração de novas normas regulatórias no âmbito da SUROD | GERER | 11 dias úteis. |
| | Suporte Técnico nas respostas às demandas da ouvidoria | Assessoria da SUROD | 05 dias úteis |
| | Assessoria e controle de respostas às demandas emanadas pela CIPRO e CIPAC referentes a CGU/TCU/Auditoria Interna, AESPI, ASCOM, SIC, Tribunal Arbitral, Tribunais de Justiça, Ministério Público, etc. | Assessoria da SUROD | 22 dias úteis |
| | Suporte técnico na elaboração de Relatórios Gerenciais vinculados aos PAS; | GERER/CIPRO | 11 dias úteis |
| | Suporte técnico na avaliação do andamento dos processos com apontamento das dificuldades encontradas no regular trâmite dos processos de PAS. | GERER/ CIPRO | 11 dias úteis |
| Bacharel em Direito Júnior | Suporte técnico na solicitação e análise de informações às concessionárias e/ou Unidades Regionais quando necessário para responder questionamentos de órgãos de controle externo e interno; | GERER/CIPAC/CIPRO | 11 dias úteis |
| | Apoio técnico na elaboração de documentos e apresentações para reuniões internas e externas | GERER/CIPAC/CIPRO | 22 dias úteis. |
| | apoio técnico na publicação das atualizações da Agenda Regulatória no portal da ANTT, em conformidade com o Manual da Agenda Regulatória e acompanhamento do cronograma de execução da Agenda Regulatória inerente à SUROD | GERER | 11 dias úteis. |
| | apoio técnico na publicação das atualizações da Agenda Regulatória no portal da ANTT, em conformidade com o Manual da Agenda Regulatória e acompanhamento do cronograma de execução da Agenda Regulatória inerente à SUROD | GERER | 11 dias úteis. |
| | | | |

| | | | |
|----------------------------------|--|---------------------|----------------|
| | apoio técnico na realização do eventos de Participação de Controle de Participação Social no desenvolvimento e atualização dos normativos | GERER | 11 dias úteis. |
| | Suporte técnico na análise, desenvolvimento e manutenção de sistemas desenvolvidos pela SUTEC, no que concerne à espacialização dos dados fornecidos pelos sistemas da ANTT. | Assessoria da SUROD | 22 dias úteis. |
| | Apoio técnico no acompanhamento dos indicadores da SUROD, com georreferenciamento e espacialização das informações. | Assessoria da SUROD | 22 dias úteis. |
| Especialista em Geoprocessamento | Apoio técnico na revisão dos indicadores de desempenho da superintendência e institucionais pertinentes à SUROD | Assessoria da SUROD | 05 dias úteis. |
| | Apoio técnico na análise e acompanhamento dos indicadores de cada gerência | Assessoria da SUROD | 22 dias úteis. |
| Estatístico | Apoio técnico na consolidação das informações encaminhadas que devem compor os indicadores | Assessoria da SUROD | 05 dia úteis. |
| | Acompanhamento dos prazos de entrega e divulgação das informações relacionadas aos indicadores | Assessoria da SUROD | 22 dias úteis. |

| INDICADOR 2 - NÍVEL DE QUALIDADE DA PRODUÇÃO - NQP | |
|--|--|
| ITEM | DESCRIÇÃO |
| Finalidade | Garantir a qualidade dos serviços na meta requerida de modo a alcançar a produção esperada da contratação. |
| Meta a cumprir | Cumprimento dos serviços integrantes das atividades conforme prazos definidos pela contratante (critérios de complexidade), dentro dos limites da capacidade produtiva alocada, observando as condições contratuais. |
| Instrumento de Medição | Planilha de controle com prazo planejado e realizado por tarefa. |
| Forma de acompanhamento | Verificação mensal por parte da fiscalização quanto à qualidade da execução de todas as tarefas previstas no item DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES, conforme documentos e relatórios apresentados. |
| Periodicidade | Mensal |
| Mecanismo de cálculo | Quantidade de entregas com qualidade / quantidade de entregas demandadas |
| Início da Vigência | Data do início da execução dos serviços |
| Nível de Qualidade de Produção - NQP | Desconto no Pagamento |
| 95,01% e 97,50% | 0,5 % de desconto |
| 92,51% e 95,00% | 1,0 % de desconto |
| 90,01% e 92,50% | 1,5 % de desconto |
| 87,51% e 90,00% | 2,0 % de desconto |
| 85,01% e 87,50% | 2,5 % de desconto |
| Abaixo de 85,00% | 3,0 % de desconto |
| Sanções | DNQP = faixa de ajuste no pagamento Caso ocorra desempenho Insatisfatório em mais de uma ocasião na vigência do contrato, será avaliada a possibilidade de adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 12 do artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993; ou a possibilidade de instauração de processo de apuração conforme Termo de Referência. *DNQP: Desconto de Nível de Qualidade de Produção |

| INDICADOR 2 - NÍVEL DE QUALIDADE DA PRODUÇÃO - NQP | |
|--|--|
| ITEM | DESCRIÇÃO |
| Finalidade | Garantir a qualidade dos serviços na meta requerida de modo a alcançar a produção esperada da contratação. |
| Meta a cumprir | Cumprimento dos serviços integrantes das atividades conforme prazos definidos pela contratante (critérios de complexidade), dentro dos limites da capacidade produtiva alocada, observando as condições contratuais. |
| Instrumento de Medição | Planilha de controle com prazo planejado e realizado por tarefa. |

| | |
|--------------------------------------|---|
| Forma de acompanhamento | Verificação mensal por parte da fiscalização quanto à qualidade da execução de todas as tarefas previstas no item DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES, conforme documentos e relatórios apresentados. |
| Periodicidade | Mensal |
| Mecanismo de cálculo | Quantidade de entregas com qualidade / quantidade de entregas demandadas |
| Início da Vigência | Data do início da execução dos serviços |
| Nível de Qualidade de Produção - NQP | Desconto no Pagamento |
| 95,01% e 97,50% | 0,5 % de desconto |
| 92,51% e 95,00% | 1,0 % de desconto |
| 90,01% e 92,50% | 1,5 % de desconto |
| 87,51% e 90,00% | 2,0 % de desconto |
| 85,01% e 87,50% | 2,5 % de desconto |
| Abaixo de 85,00% | 3,0 % de desconto |
| Sanções | <p>DNQP = faixa de ajuste no pagamento</p> <p>Caso ocorra desempenho Insatisfatório em mais de uma ocasião na vigência do contrato, será avaliada a possibilidade de adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 12 do artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993; ou a possibilidade de instauração de processo de apuração conforme Termo de Referência.</p> <p>*DNQP: Desconto de Nível de Qualidade de Produção</p> |

Dos relatórios de avaliação

1. No relatório mensal deverá ser informado, de forma analítica, o percentual da execução das ações demandadas para a equipe, comparando os prazos previstos e realizados, com as devidas justificativas.
2. A fiscalização do contrato realizará a avaliação mensal da qualidade do serviço

| RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DA TEMPESTIVIDADE E QUALIDADE DOS SERVIÇOS | | |
|---|---|---------|
| Responsável pela avaliação: | | |
| Período avaliativo: | | |
| Indicador 1: NÍVEL DE TEMPESTIVIDADE DE PRODUÇÃO - NTP | | |
| Atividades desenvolvidas no período | | |
| Relato dos fatos que ensejaram o descumprimento dos prazos estabelecidos | | |
| Pontuação total alcançada no Indicador | Fórmula a ser aplicada | Cálculo |
| | $NTP = (Quantidade\ DCP / Quantidade\ DPM) * 100$ | |
| <p>DCP = Demandas concluídas dentro do prazo previsto, no mês vigente, mesmo que iniciadas no mês anterior. DPM = Demandas totais passíveis de conclusão no mês vigente, mesmo que iniciadas nos meses anteriores.</p> <p>Nota:</p> <p>(1) São consideradas no computo as demandas concluídas em conformidade técnico, avaliadas e aceitas pelo fisco/ no período vigente.</p> <p>(2) As Demandas concluídas serão evidenciadas através dos relatórios emitidos e assinados pelos colaboradores no SEL.</p> | | |
| Indicador 2: NÍVEL DE QUALIDADE DA PRODUÇÃO - NQP | | |
| Atividades desenvolvidas no período | | |
| Relato dos fatos que ensejaram o descumprimento da conformidade técnica. | | |
| Pontuação total alcançada no Indicador | Fórmula a ser aplicada | Cálculo |
| | | |

| | | |
|--|---|--|
| | NQP = (Quantidade DCQ / Quantidade DPM) * 100 | |
| <p>DCQ = Demandas concluídas com a qualidade prevista, no mês vigente, mesmo que iniciadas no mês anterior.</p> <p>DPM = Demandas totais passíveis de conclusão no mês vigente, mesmo que iniciadas nos meses anteriores.</p> <p>Noto:</p> <p>(1) São consideradas no computo as demandas concluídas em conformidade técnica, avaliadas e aceitas pelo fiscal no período vigente.</p> <p>(2) As Demandas concluídas serão evidenciadas através dos relatórios emitidos e assinados pelos colaboradores no SEL.</p> | | |

2.3.1 Das faixas de ajuste de pagamento

Os Níveis de Conformidade devem ser averiguados para o mês de referência, conforme métodos apresentados nas tabelas acima.

Após, a aplicação concomitante dos Níveis de Conformidade resultará em um percentual unificado de desconto sobre o valor total da medição.

Sendo assim, o percentual de desconto (D) sobre o valor total da fatura será:

$$D(\%) = DNTP(\%) + DNQP(\%)$$

2.4 Situação dos atuais contratos de concessão de rodovias federais e tendências

Como incremento à compreensão do universo abarcado entre as obrigações da superintendência, o contexto atual contempla a existência de 24 (vinte e quatro) contratos de concessões federais, conforme se verifica na página eletrônica <https://www.gov.br/ant/pt-br/assuntos/rodovias/concessionarias>. A soma das extensões de rodovias concedidas totaliza aproximadamente 13.023,02 km.

O Quadro 1 a seguir apresenta a descrição dos atuais contratos e a situação correspondente a cada um:

Quadro 1: Concessões de rodovias federais existentes

| ITEM | PROCROFE | CONTRATO CONCESSÃO | CONCESSIONÁRIAS | DATAS MARCO | | | PRAZO | SISTEMA RODOVIÁRIO |
|------|----------------------|---------------------------------|---|------------------------|---------------------|-------------------|---------|--------------------------|
| | | | | ASSINATURA CONTRATO | INÍCIO CONCESSÃO | INÍCIO PEDÁGIO | | |
| 1 | 1ª Etapa | PG-138/95-00 | Companhia de Concessão Rodoviária Juiz de Fora - Rio (CONCER) | 31/10/1995 | 01/03/1996 | 20/08/1996 | 25 anos | BR-040/MG /RJ |
| 2 | 1ª Etapa | 013/00-MT (PJ/CD/215 /98) | Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. (ECOSUL) | 15/07/1998 | 24/07/1998 | 04/03/2001 | 25 anos | BR-116/RS BR-392/RS |
| 3 | 2ª Etapa - Fase I | Edital nº 006 /2007 | Concessionária Autopista Planalto Sul S.A. (PLANALTO SUL) | 14/02/2008 | 18/02/2008 | 19/12/2008 | 25 anos | BR-116/PR BR-116/SC |
| 4 | 2ª Etapa - Fase I | Edital nº 003 /2007 | Concessionária Autopista Litoral Sul S. A. (LITORAL SUL) | 14/02/2008 | 18/02/2008 | 22/02/2009 | 25 anos | BR-376/PR - BR-101/SC |
| 5 | 2ª Etapa - Fase I | Edital nº 001 /2007 | Concessionária Autopista Régis Bittencourt S.A. (RÉGIS BITTENCOURT) | 14/02/2008 | 18/02/2008 | 19/12/2008 | 25 anos | BR-116/SP |
| 6 | 2ª Etapa - Fase I | Edital nº 002 /2007 | Concessionária Autopista Fernão Dias S.A. (FERNÃO DIAS) | 14/02/2008 | 18/02/2008 | 19/12/2008 | 25 anos | BR-381/MG /SP |
| 7 | 2ª Etapa - Fase I | Edital nº 004 /2007 | Concessionária Autopista Fluminense S. A. (FLUMINENSE) | 14/02/2008 | 18/02/2008 | 02/02/2009 | 25 anos | BR-101/RJ |

| | | | | | | | | |
|-----------------------|---------------------|---------------------|--|------------|------------|------------|---------|---------------------------------------|
| 8 | 2ª Etapa - Fase I | Edital nº 005 /2007 | Transbrasiliana Concessionária de Rodovias S.A. (TRANSBASILIANA) | 14/02/2008 | 18/02/2008 | 18/12/2008 | 25 anos | BR-153/SP |
| 9 | 2ª Etapa - Fase I | Edital nº 007 /2007 | Concessionária Rodovia do Aço S.A. (RODOVIA DO AÇO) | 26/03/2008 | 28/03/2008 | 05/03/2009 | 25 anos | BR-393/RJ |
| 10 | 2ª Etapa - Fase II | Edital nº 001 /2008 | Viabahia Concessionária de Rodovia S.A. (VIABAHIA) | 03/09/2009 | 20/10/2009 | 07/12/2010 | 25 anos | BR 116/324 /BA e BA 526 /528 |
| 11 | 3ª Etapa - Fase II | Edital nº 001 /2011 | ECO101 Concessionária de Rodovias S.A. (ECO101) | 17/04/2013 | 10/05/2013 | 18/05/2014 | 25 anos | BR-101/ES |
| 12 | 3ª Etapa - Fase III | Edital nº 001 /2013 | ECO050 – Concessionária de Rodovias S.A. (ECO050) | 05/12/2013 | 08/01/2014 | 12/04/2015 | 30 anos | BR-050/GO /MG |
| 13 | 3ª Etapa - Fase III | Edital nº 004 /2013 | Concessionária das Rodovias Centrais do Brasil S.A. (CONCEBRA) | 31/01/2014 | 05/03/2014 | 27/06/2015 | 30 anos | BR-060/153 /262/DF/GO /MG |
| 14 | 3ª Etapa - Fase III | Edital nº 003 /2013 | Concessionária Rota do Oeste S.A. (CRO) | 12/03/2014 | 21/03/2014 | 06/09/2015 | 30 anos | BR-163/MT |
| 15 | 3ª Etapa - Fase III | Edital nº 005 /2013 | Concessionária de Rodovia Sul - Matogrossense S.A. (MSVIA) | 12/03/2014 | 11/04/2014 | 14/09/2015 | 30 anos | BR-163/MS |
| 16 | 3ª Etapa - Fase I | Edital nº 006 /2013 | Concessionária BR 040 S.A. (VIA040) | 12/03/2014 | 22/04/2014 | 30/07/2015 | 30 anos | BR-040/DF /GO/MG |
| 17 | 3ª Etapa - Fase IV | Edital nº 001 /2015 | Concessionária Ponte Rio- Niterói S.A. (ECOPONTE) | 18/05/2015 | 01/06/2015 | 01/06/2015 | 30 anos | BR-101/RJ |
| 18 | 4ª Etapa | Edital nº 001 /2018 | Concessionária das Rodovias Integradas do Sul S.A. (VIASUL) | 11/01/2019 | 15/02/2019 | 15/02/2019 | 30 anos | BR-101/290 /448/386/RS |
| 19 | 4ª Etapa | Edital nº 01 /2019 | Concessionária Ecovias do Cerrado S.A. (ECOVIAS CERRADO) | 19/12/2019 | 20/01/2020 | 14/11/2020 | 30 anos | BR-364/365 /MG/GO |
| 20 | 4ª Etapa | Edital nº 02 /2019 | Concessionária Catarinense de Rodovias S.A. (VIACOSTEIRA) | 06/07/2020 | 07/08/2020 | 02/05/2021 | 30 anos | BR-101/SC |
| 21 | 4ª Etapa | Edital nº 01 /2021 | Concessionária Ecovias do Araguaia S.A. (Eco Araguaia) | 29/09/2021 | 08/10/2021 | 03/10/2022 | 35 Anos | BR-153/TO /GO, BR-080 /GO, BR-414 /GO |
| 22 | 4ª Etapa | Edital nº 02 /2021 | Via Brasil BR 163 | 01/04/2022 | 04/05/2022 | 12/02/2023 | 10 Anos | BR 163/MT /PA |
| 23 | 4ª Etapa | Edital nº 03 /2021 | CCR RJ/SP | 28/01/2022 | 01/03/2022 | 01/03/2022 | 30 Anos | BR-116/101 /SP/RJ |
| 24 | 4ª Etapa | Edital nº 01 /2022 | Concessionária EcoRioMinas | 19/08/2022 | 22/09/2022 | 22/09/2022 | 30 Anos | BR-116/465 /493/RJ/MG |
| EXTENSÃO TOTAL | | | | | | | | 13023,05 |

Além disso, a superintendência também está atenta à previsão das futuras concessões em estudo, segundo o Programa de Parcerias de Investimentos (PPI) estabelecido pela Lei nº 13.334/2016. No momento estão em avaliação 25 (vinte e cinco) novos projetos de concessão de rodovias, os quais totalizam 22.216,21 km de rodovias, conforme consta no endereço eletrônico <https://www.gov.br/antt/pt-br/assuntos/rodovias/novos-projetos-em-rodovias/>.

O Quadro 2 descreve quais são os trechos rodoviários de projeto e a previsão de assinatura dos respectivos contratos:

Quadro 2: Novos trechos de projetos de concessão de rodovias federais

| Item | Trechos de projeto | Extensão | Previsão de assinatura do contrato |
|------|--|----------|------------------------------------|
| 1 | BR-040/495/MG/RJ - Rio-BH | 451,00 | 2º Tri/2023 |
| 2 | Paraná Lote 3 - BR-369/373/376/PR e PR-090/170/323/445 | 569,23 | 2º Tri/2023 |
| 3 | Paraná Lote 5 - BR-158/163/369/467/PR e PR-317 | 430,12 | 2º Tri/2023 |
| 4 | Paraná Lote 6 - BR-163/277PR e PR-158/180/182/280/483 | 646,33 | 2º Tri/2023 |
| 5 | BR-381/MG | 304,00 | 3º Tri/2023 |
| 6 | BR-163/267/MS Rota do Tuiuiu | 715,05 | 3º Tri/2023 |
| 7 | Rodovias–Contratação BNDES 2.570 km – Lotes Centro-Oeste e Norte | 2570,00 | 3º Tri/2023 |
| 8 | Paraná Lote 4 - BR-272/369/376/PR e PR-182/272/317/323/444/862/897/986 | 627,54 | 3º Tri/2023 |
| 9 | BR-060/153/262/DF/GO/MG | 1202,10 | 3º Tri/2023 |
| 10 | Paraná Lote 1 - BR-277/373/376/476/PR e PR-418/423/427 | 473,01 | 4º Tri/2023 |
| 11 | Paraná Lote 2 - BR-153/277/369/PR e PR-092/151/239/407/408/411/508/804/855 | 604,16 | 4º Tri/2023 |
| 12 | BR-040/GO/MG Rota dos Cristais | 594,00 | 1º Tri/2024 |
| 13 | Rodovia - BR-262/MG Rota do Zebu | 440,20 | 1º Tri/2024 |
| 14 | Rodovia - BR 163/MS Rota do Pantanal | 379,60 | 1º Tri/2024 |
| 15 | Rodovia - BR-153/262/GO/MG Rota Sertaneja | 527,00 | 1º Tri/2024 |
| 16 | Rodovias – Autopista Fluminense | 320,00 | 1º Tri/2024 |
| 17 | Rodovias–Contratação BNDES – 2.471 km – Lotes Nordeste | 2471,00 | 1º Tri/2024 |
| 18 | Rodovias–Contratação BNDES – 1600 | 1646,00 | 2º Tri/2024 |
| 19 | Rodovias - Rota do Oeste - BR-163/MT | 850,90 | 2º Tri/2024 |
| 20 | BR-135/316/MA | 437,70 | 2º Tri/2024 |

| | | | |
|-----------------|--|-----------|-------------|
| 21 | BR-158/155/MT/PA | 1135,10 | 2º Tri/2024 |
| 22 | Rodovias–Contratação BNDES - Lotes Rio Grande do Sul | 674,10 | 3º Tri/2024 |
| 23 | Rodovias - Santa Catarina | 3153,37 | 1º Tri/2025 |
| 24 | BR-040 (DF/GO/MG) | 679,70 | A definir |
| 25 | BR-060/153/040/GO/DF Rota do Pequi | 315,00 | A definir |
| Extensão | | 22.216,21 | |

Por meio de comparação entre os Quadros 1 e 2, levando em consideração que todas as previsões de assinatura de contratos para 2023 sejam efetivadas, haveria um acréscimo de em torno de 37,5% de novas concessões para gerenciamento no âmbito da SUOD. No processo de contratação nº 50500.119961/2021-67 já havia sido mencionada a importância de uma previsão de equipe de apoio que se adaptasse às condições gradativas de aumento de volume de trabalho correspondente à ampliação das concessões federais.

2.5 Atribuições da SUOD e suas unidades beneficiadas no planejamento do processo licitatório

A compreensão dos papéis de gerenciamento da SUOD diante dos contratos vigentes e daqueles que virão no futuro passa pelo entendimento das suas atribuições estabelecidas no Regimento Interno da ANTT, cuja última atualização foi oficializada por meio da Resolução ANTT nº 5.976, de 07/04/2022, publicada em 08/04/2022. São as seguintes competências da SUOD descritas no art. 32:

“Seção V

Da Superintendência de Infraestrutura Rodoviária

Art. 32. À Superintendência de Infraestrutura Rodoviária compete:

I - propor a regulamentação sobre a infraestrutura rodoviária concedida;

II - acompanhar as inovações tecnológicas e sugerir políticas que aprimorem a prestação dos serviços;

III - articular com governos e entidades governamentais no âmbito da execução das atividades de exploração de infraestrutura rodoviária concedida;

IV - receber, analisar e manifestar-se sobre os estudos, projetos e orçamentos de engenharia afetos à exploração da infraestrutura rodoviária concedida;

V - analisar as propostas de declaração de utilidade pública necessárias à execução dos contratos de concessão rodoviária, e submetê-las à aprovação da Diretoria Colegiada, quando for o caso;

VI - fiscalizar o uso das faixas de domínio na infraestrutura rodoviária concedida;

VII - acompanhar os processos de licenciamento ambiental e demais autorizações governamentais necessárias à execução dos contratos de concessão rodoviária;

VIII- fiscalizar a arrecadação de tarifas de pedágios e, quando cabível, a reversão à modicidade tarifária, das receitas extraordinárias decorrentes da exploração da infraestrutura rodoviária;

IX - acompanhar a execução dos mecanismos e o desempenho econômico-financeiro dos contratos de concessão rodoviária, fiscalizando as cláusulas econômico-financeiras e aplicando as penalidades cabíveis;

X - analisar e avaliar as propostas de ações que impliquem ou possam resultar em reestruturações societárias, transferências de controle acionário, alienações e extinções de outorgas, no que couber, comunicando ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica fatos que configurem ou possam configurar infração à ordem econômica;

XI - autorizar a execução de obras obrigatórias no âmbito dos contratos de concessão rodoviária;

XII - elaborar e submeter à Diretoria Colegiada as propostas de alterações dos contratos de concessão rodoviária e de reajuste e revisão;

XIII - fiscalizar a execução dos contratos de concessão rodoviária e aplicar as penalidades cabíveis;

XIV - fiscalizar a infraestrutura e a operação no âmbito dos contratos de concessão rodoviária;

XV - aprovar e implementar o plano anual de fiscalização da infraestrutura e operação e o plano anual de fiscalização econômico-financeira; e

XVI - harmonizar interesses entre o Poder Concedente, as concessionárias, os usuários da infraestrutura rodoviária e as populações lindeiras.”

Para iniciar a compreensão do volume de trabalho da superintendência, serão apresentados a seguir os dados em resumo da tramitação de documentos ocorrida dentro do período de 01/01/2022 a 31/12/2022, todos levando em consideração as unidades citadas neste estudo:

Quadro 3 – Volume de tramitação de processos e de documentos gerados na SUOD e nas unidades correlatas do estudo – período 01/01/2022 a 31/12/2022

| | SUOD | GECON* | GEFOP* | GERER |
|--|-------------|---------------|---------------|--------------|
| Tramitação de processos | | | | |
| Processos Gerados | 692 | 221 | 1.112 | 143 |
| Processos Tramitados | 7.393 | 2.019 | 7.895 | 577 |
| Processos com andamento fechado | 7.187 | 1.834 | 7.259 | 563 |
| Processos com andamento aberto | 206 | 185 | 636 | 14 |
| Documentos gerados (todos os tipos) | 7.203 | 2.667 | 6.275 | 605 |
| Ofícios | 477 | 469 | 1.192 | 14 |
| Despachos | 4.561 | 1.291 | 2.296 | 213 |
| Notas Técnicas | 5 | 78 | 75 | 27 |
| Portarias | 151 | - | - | 4 |
| Pareceres | - | 17 | 44 | - |
| Demais documentos | 2.009 | 812 | 2.668 | 347 |
| * GECON e GEFOP surgidas a partir de maio de 2022 por desdobramento da antiga GEFIR, herdando cada uma parte dos processos | | | | |

Com a finalidade de efetivação das suas competências, fazem parte da sua estrutura interna as unidades responsáveis por áreas correspondentes de acordo com a Resolução ANTT nº 5.977, de 07/04/2022, publicada em 08/04/2022. Para o propósito deste estudo, serão descritas essas unidades, as quais serão contempladas pela equipe de apoio especializada. Não farão parte deste trabalho a Gerência de Engenharia Rodoviária – GEENG, recentemente contemplada com apoio técnico na contratação descrita no processo SEI nº 50500.099410/2021-70, e a Gerência de Gestão e Fiscalização Econômico-Financeira Rodoviária – GEGEF, com apoio estabelecido no processo SEI nº 50500.290367/2022-66.

2.5.1 Gabinete da SUOD

Segundo o art. 25, I, da Resolução ANTT nº 5.977, é competência do Gabinete da SUOD:

I - Gabinete, ao qual compete prestar serviço de apoio técnico-administrativo e executar as atribuições previstas no art. 11 no âmbito da Superintendência, bem como coordenar a implementação de sistemas e de instrumentos de tecnologia da informação no âmbito da Superintendência, em articulação com outras unidades organizacionais da ANTT;

Dentro do seu papel centralizador de atividades, o gabinete tem concentrado principalmente processos de intermediação de respostas a entidades públicas e setores diversos da sociedade, coleta de dados setoriais, organização de informações para exibição no portal da ANTT, além de concentrar ações essenciais do ponto de vista de marcos contratuais, principalmente finalização dos contratos. A seguir serão descritos os ritos capitaneados pelo gabinete:

- Demandas parlamentares e institucionais: coleta de informações junto às unidades da superintendência para responder a dúvidas, reivindicações, análises de projetos de lei e solicitações de instituições em geral direcionadas às concessões de rodovias existentes;
- Demandas AESCOM: coleta de informações junto às unidades para resposta à imprensa em geral;
- Demandas AUDIT: reunião de dados envolvendo as unidades, principalmente a CIPAC junto à GERER, para prestação de contas à Auditoria Interna da ANTT e a outras entidades de controle que requeiram informações das concessões de rodovias federais (Ex: TCU e CGU);
- Curadoria de dados AESINF: compilação de dados juntos às áreas técnicas e das concessionárias para compartilhamento disponível pelo portal da ANTT e relatórios em geral;
- Contratação de Verificador Independente: processo de contratação de empresa de auditoria em contratos de concessão para a finalidade de encerramento, seja por decurso do prazo ou finalização antecipada;
- Monitoração de Verificador Independente: é rito de acompanhamento dos produtos fornecidos pelo verificador e a propagação dos efeitos do trabalho realizado;
- Suporte ao desenvolvimento de sistemas: condução dos trabalhos realizados para o desenvolvimento de sistemas de interesse da SUOD, incluindo a coleta das contribuições das unidades internas beneficiadas, bem como a reunião de dados georreferenciados inerentes à localização das rodovias concedidas e suas respectivas obras previstas no PER;
- Desenvolvimento de Painel Power BI: organização e fornecimento de dados para a montagem do painel a ser exibido no aplicativo Power BI e disponibilização no portal ANTT (<https://www.gov.br/antt/pt-br/assuntos/rodovias/informacoes-gerais>);
- Plano de Dados Abertos: reunião de informações das unidades da SUOD para abastecer o portal <https://dados.antt.gov.br/about>, o qual trata da efetivação da ANTT para o cumprimento da Política de Dados Abertos do Poder Executivo Federal, instituída pelo Decreto nº 8.777, de 11 de maio de 2016;
- Plano de Gestão Anual: acompanhamento das ações internas na SUOD para o alcance das metas anuais estabelecidas no Plano de Gestão Anual, publicado a cada ano para nortear as áreas da ANTT quanto aos projetos e ações direcionados ao alcance dos objetivos estratégicos da instituição.

Para ilustrar as demandas da área, podem ser demonstrados alguns números que ilustram demandas de informações recebidas por parte da SUOD, conforme relatórios obtidos pelo SEI:

- Processos tramitados com demandas parlamentares: 75 processos;
- Processos de resposta ao TCU: 63 (esse número também compreende ações da GERER descritas mais adiante);
- Processos de resposta à CGU: 13 (também compreende ações da GERER).

Dentre os processos mais específicos tecnicamente, os quais este estudo considera serem relacionados à contratação de verificadores independentes para finalização de contratos, desenvolvimento de sistemas e acompanhamento do PGA, além de assuntos destinados a estudos excepcionais na área de rodovias, serão citados os seguintes:

Quadro 4 – Exemplo de processos do Gabinete SUOD – período 01/01/2022 a 31/12/2022

| Processo | Assunto | Observações |
|----------------------|------------------------------|--|
| 50500.004336/2021-11 | Via040 - Acompanhamento KPMG | Trata-se de acompanhamento dos trabalhos da empresa auditora KPMG necessários à finalização do contrato da Via040. |
| 50500.085866/2021-52 | MSVia – Acompanhamento EY | Trata-se de acompanhamento dos trabalhos da empresa auditora EY necessários à finalização do contrato da MSVia. |
| | | Trata-se de acompanhamento dos trabalhos da |

| | | |
|----------------------|--|--|
| 50500.216378/2022-84 | CONCEBRA – Acompanhamento EY | empresa auditora EY necessários à finalização do contrato da CONCEBRA. |
| 50500.017599/2022-71 | Desenvolvimento e suporte de sistema web para gestão da fiscalização de investimentos das concessões rodoviárias (SIGICOR) | Iniciado na Gerente de Regulação Rodoviária – GERER, o processo trata de estudo no âmbito de Recursos de Desenvolvimento Tecnológicos – RDT para a elaboração de sistema para gestão e fiscalização de contratos de concessões rodoviárias |
| 50500.162105/2022-11 | Planejamento do Plano de Gestão Anual – PGA 2023. | Solicitação da Superintendência de Governança, Gestão Estratégica e de Pessoal – SUESP para o fornecimento atualização dos atuais projetos e novos a serem definidos para 2023 para a elaboração do novo PGA 2023. |
| 50500.256771/2022-19 | Proposta de TED para implementação da metodologia do I-RAP | Iniciativa da SUROD em firmar Termo de Execução Descentralizada (TED) junto ao Laboratório de Transportes e Logística – LabTrans da Universidade Federal de Santa Catarina. |

Deve-se reconhecer que o Gabinete da SUROD é geralmente a etapa final de muitos dos principais processos da superintendência, tornando-se participante de muitos procedimentos iniciados nas unidades vinculadas. Nesse sentido, o Gabinete está envolvido nas tramitações que abrangem os procedimentos das outras gerências, como revisão tarifária, trabalhos preliminares, lançamento de regulamentos, comissões diversas (caducidade, trabalhos preliminares, encerramento contratual etc.), apuração de haveres e deveres, termos de ajuste de conduta, entre outros. Além disso, as ações que requerem a remessa de informações a várias entidades também dependem da participação das outras unidades para que sejam completas.

2.5.2 Gerência de Gestão Contratual Rodoviária – GECON (Atual Gerência de Gestão de Investimentos Rodoviários – GEGIR)

Segundo o art. 25, II, da Resolução ANTT nº 5.977, são competências da GECON:

II - Gerência de Gestão Contratual Rodoviária, à qual compete:

a) a realização do acompanhamento, da gestão e de análise de propostas de revisão dos contratos de concessão rodoviária, no que concerne às obras, aos serviços, aos parâmetros técnicos e de desempenho e demais obrigações de natureza não econômico financeira; e

b) autorizar a execução de obras obrigatórias no âmbito dos contratos de concessão rodoviária.

Para a concretização das suas competências, a GECON conta com uma estrutura formada por 4 (quatro) coordenações, as quais possuem regimento estabelecido no art. 25, §1º, I a IV, da Resolução ANTT nº 5.977. Será reproduzida apenas a seção da Coordenação de Gestão Contratual I – COGEC I, já que as atribuições entre as coordenações é a mesma no regimento:

“§ 1º Vinculadas à Gerência de Gestão Contratual Rodoviária, encontram-se:

I - A Coordenação de Gestão Contratual I, à qual compete:

- 1. a) promover a gestão dos contratos de concessão rodoviária, realizando as análises pertinentes de cumprimento e repactuação contratual, demandando subsídios das demais áreas da Superintendência, quando necessário;*
- 2. b) promover a análise dos pleitos relativos às obras e aos serviços contemplados nos contratos de concessão rodoviária;*
- 3. c) instruir, analisar, propor e acompanhar os processos de revisões ordinárias, extraordinárias e quinquenais dos contratos de concessão rodoviária;*
- 4. d) autorizar a execução das obras obrigatórias no âmbito dos contratos de concessão rodoviária;*
- 5. e) propor as alterações contratuais e análise de obras e serviços pertinentes à execução dos contratos de concessão rodoviária, inclusive quanto ao início e ao término da vigência; e*
- 6. f) instruir, analisar, propor e acompanhar os processos de relicitação, caducidade e encerramento contratual dos contratos de concessão rodoviária. “*

Dentro do que lhe cabe, a GECON atua como iniciativa nos seguintes processos, tendo alguns compartilhados com outras unidades:

- **Revisão Ordinária:** proposição de alterações no cronograma das obrigações do Programa de Exploração da Rodovia – PER decorrentes de atrasos, envolvendo postergação de investimento, exclusão de custos operacionais ou aplicação de fatores de desconto, de acordo com as especificações da Resolução ANTT nº 675/2004 e nos contratos de concessão, com efeitos a serem calculados pela GEGEF;
- **Apuração de Inexecuções:** avaliação da parte que lhe cabe quanto à não realização de investimentos como obrigação das concessionárias na forma de componente das revisões ordinárias, tendo como componentes principais os relatos advindos das coordenações de infraestrutura rodoviária e da GEFOP quanto ao cumprimento do cronograma da concessão;
- **Apuração de Fator D:** rito inerente às revisões ordinárias, está ligado à forma de remuneração por descumprimento de cronograma dos contratos a partir da 3ª etapa de concessões, dependendo das informações geradas pelas coordenações de infraestrutura rodoviária e GEFOP;
- **Revisão Extraordinária:** proposição das alterações das obrigações do PER referentes aos fatos excepcionais descritos na da Resolução ANTT nº 675/2004 e nos contratos de concessão, com efeitos a serem calculados pela GEGEF, como exemplo, imposições de novas obras e serviços por conta de fatos da administração (novas normas), fato do príncipe (novas leis), entre outros;
- **Revisão Quinquenal:** proposição afeta às alterações de obrigações de obras e serviços do PER, com período de avaliação a ser realizado de 5 em 5 anos, levando em consideração as necessidades coletadas ao longo do contrato e de acordo com as contribuições da sociedade, conforme o disposto na Resolução ANTT nº 5.859/2019, com efeitos a serem calculados pela GEGEF;
- **Encerramento de contrato:** essa proposição será acionada tanto para as circunstâncias de finalização do decurso do prazo da concessão quanto da finalização antecipada (relicitação ou caducidade), ocasião em que serão levantados os cumprimentos das obrigações da concessionária com relação ao cronograma das obras e serviços estabelecidos no PER ao longo do tempo, o que envolverá entrelaçamento com as unidades GEGEF, GEFOP, GEENG e GERER;
- **Relicitação:** proposição decorrente da avaliação da candidatura da concessionária ao encerramento antecipado do seu contrato por incompatibilidade de condições para a sua execução, rito que envolve também outras unidades da SUROD;
- **Obras Extra-PER:** proposição correlata aos processos de Revisão Extraordinária e Revisão Quinquenal, cabendo à GECON avaliar as características das obras a serem inseridas no PER para o correto direcionamento do rito a ser seguido, sempre com envolvimento da GEENG e, conforme o caso, GEFOP e coordenações de infraestrutura rodoviária;
- **Planejamento Anual:** proposição afeta à conferência e aprovação dos planejamentos anuais das obras e serviços das concessionárias em relação às obrigações estabelecidas no PER, levando em consideração as alterações ocorridas nos processos de revisão ordinária, extraordinária e quinquenal;
- **Apuração de Fator A:** esse procedimento é afeto ao ressarcimento às concessionárias da 3ª Etapa em diante quando conseguem executar as obras do PER de forma antecipada, com efeitos sobre a revisão extraordinária, incluindo a participação das unidades GEGEF, GEFOP e coordenações de infraestrutura;
- **Obras emergenciais:** são procedimentos decorrentes que envolvem a incorporação de obras ao PER justificadas por razões excepcionais descritas em contrato e na Resolução ANTT nº 675/2004, envolvendo as unidades GEENG, GEGEF, e conforme o caso, GEFOP e coordenações de infraestrutura rodoviária;
- **Autorização de início de obra:** a proposição envolve a oficialização das concessionárias para que iniciem as obras após a conferência das obrigações que constam no PER e conforme as diretrizes de contrato;
- **Termo Aditivo:** essa proposição é o resultado de outros processos (revisões, relicitação) e envolve a ratificação de modificações contratuais, incluindo os efeitos financeiros calculados pela GEGEF;
- **Respostas à Ouvidoria da ANTT:** esse rito trata das respostas enviadas por correio eletrônico ao acionamento da Ouvidoria da ANTT quando provocada por usuários das rodovias concedidas que também percorre as gerências GEFOP e GERER.

Como termômetro da produtividade da GECON, algumas informações do ponto de vista de processos chave concluídos no ano de 2022 merecem citação. Nos casos dos processos de revisão, a conclusão envolve, além dos documentos produzidos pela área técnica da GECON, os respectivos cálculos tarifários, deliberações da diretoria e termos aditivos:

- 16 processos concluídos de revisão ordinárias, embutidos aí as apurações de inexecuções e fatores de desconto, conforme os contratos de concessão;

- 13 processos de revisões extraordinárias (normalmente concomitantes com as revisões ordinárias), também envolvendo a elaboração de notas técnicas;
- 7 processos de revisão ordinária em andamento; 6 processos de revisão extraordinária em andamento.

Ainda com relação a outros processos significativos, fizeram parte da avaliação da GECON:

- 2 processos de relicitação materializados com a assinatura de termos aditivos (CRO e Autopista Fluminense);
- 1 processo de relicitação de pedido analisado por parte da K-Infra Rodovia do Aço S.A, o qual foi inviabilizado devido à Declaração de Caducidade do Contrato;
- 1 processos de relicitação com análise em trânsito da ECO-101.

De acordo com as informações descritivas dos ritos da gerência, existe interface com outras gerências para a efetivação da sua produção, o que indica que os processos em geral são acompanhados de despachos enviados para outras gerências para busca de informações. Também é comum o envio de comunicações às concessionárias por meio de ofícios a respeito de assuntos diversos. Ainda no tocante a documentos, especificamente quanto aos processos de revisão, esses comumente exigem a confecção de no mínimo uma nota técnica preliminar e uma nota técnica de análise final.

O volume de processos e documentos gerados em 2022 pelas demais unidades da SUROD estão apresentados no Quadro 3. É importante ressaltar que, conforme mencionado anteriormente na descrição dos processos do Gabinete da SUROD, a GECON é responsável por fornecer informações a diversas entidades, especialmente relacionadas às obras de melhoria e expansão de capacidade previstas no Plano de Exploração Rodoviária (PER) das concessões em vigor. Além disso, a unidade também atende a Ouvidoria da ANTT, função também desempenhada pela GEFOP e GERER.

2.5.3 Gerência de Gestão Contratual Rodoviária – GEFOP

Segundo o art. 25, III, da Resolução ANTT nº 5.977, são competências da GEFOP:

III - Gerência de Fiscalização de Infraestrutura e Operação Rodoviária, à qual compete:

- a) fiscalizar a infraestrutura e a operação no âmbito dos contratos de concessão rodoviária;*
 - b) fiscalizar a faixa de domínio das rodovias concedidas sob gestão da ANTT;*
 - c) fiscalizar a execução dos contratos de concessão rodoviária e aplicar as penalidades cabíveis;*
 - d) realizar o recebimento da fase de trabalhos iniciais e de recuperação e acompanhar a fase de encerramento contratual;*
 - e) instruir e acompanhar o processo de termo de arrolamento e transferência de bens;*
 - f) acompanhar o avanço físico de obras e serviços obrigatórios e o atendimento aos parâmetros de desempenho; e*
 - g) elaborar o plano anual de fiscalização da infraestrutura.*
- (...)

Para a concretização das suas competências, a GEFOP conta com uma estrutura formada por 2 (duas) coordenações centrais, as quais possuem regimento estabelecido no art. 25, §2º, I a II, da Resolução ANTT nº 5.977. Também estão vinculadas a ela as Coordenações Regionais de Fiscalização da Infraestrutura Rodoviária – CORODs, contudo, não serão descritas em suas funções primordiais para este estudo, uma vez que serão contempladas com equipe especializada em processo apartado devido às características regionais de cada uma delas.

As coordenações centrais são a Coordenação de Planejamento da Fiscalização de Infraestrutura Rodoviária – COFIR e a Coordenação de Fiscalização de Operação Rodoviária – COFOR e possuem as seguintes atribuições:

“§ 2º Vinculadas à Gerência de Fiscalização de Infraestrutura e Operação Rodoviária, encontram-se: I - A Coordenação de Planejamento da Fiscalização de Infraestrutura Rodoviária, à qual compete:

- a) elaborar a proposta do plano anual de fiscalização, zelando pelo cumprimento, quanto à infraestrutura rodoviária;*
- b) subsidiar as revisões dos manuais de procedimentos de fiscalização, zelando por seu cumprimento, quanto à infraestrutura rodoviária;*
- c) padronizar a atuação das Coordenações Regionais e respectivas equipes de supervisão e de fiscalização quanto à infraestrutura rodoviária;*
- d) subsidiar as demais áreas da Superintendência quanto às questões pertinentes à fiscalização da infraestrutura rodoviária;*
- e) coordenar o acompanhamento do avanço físico de obras e serviços obrigatórios e o atendimento aos parâmetros de desempenho;*
- f) consolidar e acompanhar dados relativos à infraestrutura rodoviária e recomendar adequações ou revisões nos contratos de concessão rodoviária;*
- g) coordenar a gestão da fiscalização das faixas de domínio;*
- h) fiscalizar a elaboração e implementação dos inventários dos bens da concessão pelas concessionárias, contemplando os bens*
- i) transferidos ou adquiridos pelas concessionárias, bem como das obras executadas nas rodovias; e*
- j) aplicar penalidades às concessionárias pelo não cumprimento das obrigações contratuais no âmbito da infraestrutura rodoviária.*

II - A Coordenação de Fiscalização de Operação Rodoviária, à qual compete:

- a) promover a elaboração da proposta do plano anual de fiscalização, zelando pelo cumprimento, quanto à operação rodoviária;*
- b) subsidiar as revisões dos manuais de procedimentos de fiscalização, zelando pelo cumprimento, quanto à operação rodoviária;*
- c) padronizar a atuação das Coordenações Regionais e respectivas equipes de supervisão e de fiscalização quanto à operação rodoviária;*
- d) subsidiar as demais áreas da Superintendência quanto às questões pertinentes à fiscalização da operação rodoviária;*
- e) coordenar o acompanhamento do atendimento aos parâmetros de desempenho dos serviços operacionais, apurando o acréscimo e o desconto de reequilíbrio ao término de cada ano concessão quando previsto contratualmente ou o percentual de execução contratual;*
- f) registrar, consolidar e acompanhar dados relativos à operação rodoviária e recomendar adequações ou revisões nos contratos de concessão rodoviária;*
- g) acompanhar e propor aprimoramentos na execução de mecanismos afetos à operação rodoviária, tais como sistemas inteligentes de transporte nas rodovias, a cobrança em fluxo livre (free flow), a implementação de tecnologia da informação no sistema de pesagem e na fiscalização de velocidade;*
- h) promover a gestão das ações de segurança no trânsito e dos convênios firmados entre as concessionárias e a Polícia Rodoviária Federal - PRF;*
- i) subsidiar a análise do requerimento de entidade interessada em atuar como administradora de meios de pagamento para arrecadação eletrônica de pedágio e monitorar a atuação sob aspectos operacionais; e*
- j) aplicar penalidades às concessionárias pelo não cumprimento das obrigações contratuais, no âmbito da operação rodoviária.”*

Dentro do que lhe cabe, a GEFOP atua como iniciativa nos seguintes processos, tendo alguns compartilhados com outras unidades:

- Falhas e transgressões: procedimento capitaneado que inclui a participação de todas as unidades da SUOD, iniciado a partir da constatação de reiteradas falhas da concessionária, no qual são reunidos os descumprimentos contratuais com a finalidade de proposição de prazo para correção, incluindo os efeitos de proposição de caducidade em caso de não efetivação da ação corretiva (Resolução ANTT nº 5.935/2021);
- TAC Inexecuções: rito conduzido em conjunto com a CIPRO/GERER afeto à reprogramação e estabelecimentos de compromissos por parte das concessionárias, seja para efetivação de obras em atraso ou da reversão de multas devidas em obras adicionais a serem realizadas na rodovia (Resolução ANTT nº 5.823/2018 e Portaria SUINF nº 24/2021);
- Verba de aparelhamento da PRF: proposição afeta à conferência de entregas às unidades da PRF em caso da existência contratual de verba de aparelhamento;
- Fiscalização da operação: procedimentos afetos ao acompanhamento de desempenho da operação com o auxílio das CORODs, envolvendo aspectos de tempos de atendimento mecânico e médico, serviços operacionais em geral dos contratos e níveis de serviço de tráfego;
- Recebimento de obras (Prov./Definitivo): procedimento correlacionado à confirmação de finalização das obras, de acordo com o requerido nos contratos e estabelecido nos procedimentos da ANTT;
- Assunção de trechos do DNIT: rito referente às conferências dos segmentos entregues pelo DNIT anteriores ao Termo de Transferência de Bens para o prosseguimento do contrato, incluindo o auxílio das coordenações regionais de fiscalização, bem como segmentos com obras da autarquia entregues no decurso do contrato;
- Verbas de segurança: procedimento afeto às conferências da execução de programas de educação voltada para a segurança do trânsito, conforme os volumes direcionados em cada contrato de concessão;
- Postagem de multas: procedimento afeto às conferências do envio de notificações de trânsito emitidas pela PRF com uso dos custos operacionais existentes nos contratos de concessão;
- Trabalhos iniciais: o rito envolve a orientação e o acompanhamento do desempenho das comissões de recebimentos dos trabalhos iniciais requeridos em cada início de contrato, dos quais dependerão o início da cobrança tarifária (procedimentos estabelecidos no “Manual de procedimentos de assunção da rodovia, de fiscalização de trabalhos iniciais e de autorização para início da cobrança da tarifa de pedágio” ratificado por meio da Deliberação ANTT nº 14/2022).

Embora não citada na liderança de alguns processos, como se viu nas descrições de processos da GECON, a GEFOP permeia outros ritos citados, tais como encerramento de contrato e relicitação. Para demonstrar esse volume de participação, estão sob a orientação da GEFOP, junto a outros processos encabeçados por ela:

- 4 comissões para recebimento de trabalhos iniciais (ViaBrasil, RioSp, e Ecovias do Araguaia, Eco Riominas);
- 6 comissões ativas para encerramento contratual por decurso de prazo ou relicitação (CRT, CRO, Via040, CONCERT, CONCEBRA, MSVia).

Da mesma forma como explicado no último parágrafo das atividades da GECON, a GEFOP é partícipe no volume de processos tramitados e documentos gerados em 2022 conforme disposto no Quadro 3, além de subsidiar a SUOD com informações diversas. Estão também incluídas como prestação de informações os atendimentos à Ouvidoria da ANTT.

2.5.4 Gerência de Regulação Rodoviária – GERER

Segundo o art. 25, V, da Resolução ANTT nº 5.977, são competências da GERER:

V - Gerência de Regulação Rodoviária, à qual compete:

- a) propor regulamentações sobre a infraestrutura rodoviária concedida;*
- b) acompanhar as inovações tecnológicas e sugerir políticas que aprimorem a prestação dos serviços;*
- c) instruir processos sancionadores, em contencioso, de execução de penalidades e garantias;*
- d) atuar nos processos arbitrais e de controle; e*
- e) articular com governos e entidades governamentais no âmbito da execução das atividades de exploração de infraestrutura rodoviária concedida.*

Vinculadas à Gerência de Regulação Rodoviária, encontram-se a Coordenação de Planejamento e Implementação da Política Regulatória de Rodovias - COPIR, a Coordenação de Normas de Rodovias - CNORD, a Coordenação de Instrução Processual - CIPRO e a Coordenação de Informações em Processos Arbitrais e de Controle - CIPAC, às quais compete:

§ 5º Vinculadas à Gerência de Regulação Rodoviária, encontram-se:

1. I - A Coordenação de Planejamento e Implementação da Política Regulatória de Rodovias, à qual compete:

2.

- 2.1. a) *coordenar e monitorar, com o apoio das demais Gerências, o planejamento estratégico, o plano de gestão anual e demais ferramentas de gestão estratégica;*
- 2.2. b) *coordenar e elaborar, com o apoio das demais Gerências, relatórios de gestão, relatórios de atividades e outros relatórios no âmbito do Governo Federal; e*
- 2.3. c) *coordenar, fiscalizar e acompanhar a aplicação dos recursos de desenvolvimento tecnológico no âmbito dos contratos de concessão rodoviária.*

1. II - A Coordenação de Normas de Rodovias, à qual compete:

- 1.1. a) *propor a elaboração de instrumentos regulatórios no âmbito da infraestrutura rodoviária;*
- 1.2. b) *apoiar a Superintendência, em conjunto com as demais Gerências, na coordenação e implementação da Agenda Regulatória, no que concerne à exploração da infraestrutura rodoviária;*
- 1.3. c) *coordenar e implementar, com o apoio das demais Gerências, o processo de participação e controle social para elaboração de normas aplicáveis aos contratos de concessão rodoviária;*
- 1.4. d) *realizar estudos e propor alternativas de solução para o aperfeiçoamento regulatório;*
- 1.5. e) *apoiar a Superintendência, em conjunto com as demais Gerências, nas questões relativas à exploração de infraestruturas rodoviárias, no âmbito do transporte internacional; e*
- 1.6. f) *apoiar a Superintendência, em conjunto com as demais Gerências, na harmonização de interesses entre as concessionárias, os usuários e as populações lindeiras.*

1. III - A Coordenação de Instrução Processual, à qual compete:

- 1.1. a) *instruir processos sancionadores que tramitem para o Superintendente e para Diretoria Colegiada;*
- 1.2. b) *instruir processos em contencioso administrativo e consolidar informações e elaborar subsídios para processos judiciais;*
- 1.3. c) *analisar e instruir os processos de recursos de penalidades;*
- 1.4. d) *instruir processos de execução de penalidades e garantias; e*
- 1.5. e) *intermediar e formular consultas jurídicas de interesse da Superintendência e das Gerências à Procuradoria Federal junto à ANTT.*

1. IV - A Coordenação de Informações em Processos Arbitrais e de Controle, à qual compete:

- 1.1. a) *consolidar informações e elaborar subsídios em processos arbitrais e de controle afetos à gestão dos contratos de concessão rodoviária;*
- 1.2. b) *apoiar a Superintendência e as Gerências na representação da ANTT em processos arbitrais e de controle; e* c) *articular-se com outras unidades organizacionais da ANTT para desempenho das atribuições de sua competência.*

A GERER possui um volume de processos maior que outras gerências, não necessariamente que conduzem a um volume de documentos maior que as outras unidades da SUROD, contudo exigirão participação maiores das demais. Para melhor compreensão deste estudo, os processos serão separados por coordenações vinculadas:

COPIR-GERER

- Recursos de Desenvolvimento Tecnológico – RDT (projetos de pesquisa e prestação de contas): esse procedimento envolve a materialização dos dispositivos contratuais que exigem compromisso das concessionárias em investimentos em pesquisas voltadas à infraestrutura rodoviária, seja desenvolvendo tecnologias, novos procedimentos, publicação de conhecimento e formação técnica;
- Relatório de Gestão e Prestação de Contas: é o procedimento referente ao acompanhamento e coleta de informações do cumprimento das ações da SUROD em coerência com o planejamento institucional, seja para envio a clientes internos ou a entidades de governo em geral.

CNORD-GERER

- Aperfeiçoamento de instrumentos regulatórios: é o rito que promove a evolução do regulamento setorial, incluindo a construção de novas normas contendo proposições das unidades da superintendência e a coleta de contribuições da sociedade e setor regulado.

CIPAC-GERER

- Arbitragem: procedimento em que a coordenação reúne as informações e argumentos das equipes técnicas da SUROD para a apresentação em processos arbitrais, seguindo o disposto na Resolução ANTT nº 5.845/2019;
- Auditoria Interna, CGU e TCU: esse grupo é composto por ritos de composição de informações junto às áreas técnicas da SUROD para atendimentos às demandas provocadas pela Auditoria Interna da ANTT, Controladoria-Geral da União – CGU e Tribunal de Contas da União – TCU.

CIPRO-GERER

- Processos Administrativos Simplificados: procedimentos oriundos de autos de infração no âmbito do SUROD, recepcionados a partir da 2ª Instância de recurso, cujo direcionamento poderá resultar em obrigação de pagamento de multas ou negociação para termos de ajuste de conduta;
- TAC Multas: rito organizado com apoio da GEFOP, é voltado ao estabelecimento de Termo de Ajuste de Conduta junto às concessionárias para a conversão de multas devidas em obras na rodovia;
- Demandas judiciais, incluindo informações à Procuradoria da ANTT para respostas à justiça e ao Ministério Público Federal: esse rito é a junção das informações das unidades técnicas da SUROD para as respostas às provocações realizadas pelo Poder Judiciário e Ministério Público Federal no tocante ao cumprimento das obrigações das concessionárias fiscalizadas pela ANTT e outras realizações no aspecto de gestão e regulação de contratos;
- Consulta jurídica: o procedimento envolve respostas às unidades da SUROD às consultas realizadas pelas áreas técnicas com relação a dispositivos regulamentares aplicáveis aos contratos, normalmente em processos que permeiam a interface entre CIPRO e outras gerências;
- Perícia judicial: é o procedimento que reúne as informações das áreas técnicas para composição de fatos a serem utilizados em juízo, incluindo a formulação de perguntas a serem formuladas a peritos judiciais.

Entre os processos de responsabilidade da GERER, destacam-se alguns temáticos de relevância recente, tais como o conjunto do Regulamento de Concessões Rodoviárias:

- Regras gerais e direitos de usuários (RCR 1): materializado na Resolução ANTT nº 5.950/2021;
- Bens, obras e serviços e adequação dos procedimentos de execução de obras e serviços (RCR 2): materializado na Resolução ANTT nº 6.000/2022.
- Equilíbrio econômico-financeiro (RCR 3): Processo SEI nº 50500.030241/2021-53, em análise jurídica para proposição no Processo de Participação e Controle Social (PPCS);
- Fiscalização e penalidades (RCR 4): Processo SEI nº 50535.001700/2018-99, em Reunião Participativa até 17/02/2023; Meios de encerramento contratual (RCR 5): Processo SEI nº 50500.072293/2021-05, em fase de estudos internos.

2.6 Expectativas quanto ao apoio técnico dentro da realidade de atribuições das unidades beneficiadas no processo licitatório

Como demonstrado anteriormente, há uma grande variedade e quantidade de processos conduzidos pelas unidades da SUROD que serão beneficiados pela contratação. É necessário que a tramitação e o controle desses processos, bem como a produção de documentos, sejam geridos de forma eficiente para que a superintendência possa cumprir seus compromissos de gestão, regulação e fiscalização contratual nos prazos adequados.

Para alcançar essas expectativas, espera-se que o suporte técnico desempenhe atividades regulares relacionadas à tramitação de processos e encaminhamentos pelo sistema SEI, além da elaboração de documentos.

- pareceres e notas técnicas em todas as áreas de gestão, regulação e fiscalização contratual; despachos;

- termos aditivos;
- relatórios;
- planilhas, gráficos, apresentações eletrônicas em geral de informação, dados georreferenciados e disponibilização de dados no portal da ANTT;
- ofícios às concessionárias e entidades em geral;
- subsídios para requerimentos das demandas judiciais, MPF e áreas relacionadas; subsídios para informação à Auditoria Interna e órgãos de controle (CGU, TCU); subsídios para resposta a representantes parlamentares;
- respostas e avaliações em geral relacionadas às atribuições das áreas da SUOD.

Para que essas ações sejam efetivadas, os serviços a serem contratados devem funcionar de forma contínua e com dedicação exclusiva por posto de trabalho. Essa solução almejada contemplará a as necessidades envolvidas nos assuntos multidisciplinares da superintendência e garantirá a agilidade requerida de resposta às questões envolvendo o setor regulado em infraestrutura rodoviária.

3. REFERÊNCIA A OUTROS INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO DA ANTT (art. 24, §1º, II, da IN 05/2017)

Conforme Deliberações ANTT nº 275/2020, nº 528/2020 e nº 158/2021, o Planejamento Anual de Contratações - PAC da ANTT de 2021 e 2022 previu o valor estimado global para contratação dos serviços de apoio técnico para:

- a) a execução de serviços técnicos especializados de engenharia consultiva e assessoramento em gestão pública;
- b) aprimoramento dos mecanismos de governança, gerenciamento e operação das demandas dos empreendimentos de infraestrutura, logística e programas governamentais previstos nas rodovias federais outorgadas à exploração da iniciativa privada, no âmbito da SUOD e suas Gerências GEFIR (atuais GECON e GEFOP), GEGER e GERER.

O Anexo à Deliberação ANTT nº 275/2020, alterada pela nº 528/2020 (item 1.39 do Anexo – PAC 2021), bem como o Anexo à Deliberação ANTT nº 158/2021 (item 2.5 do Anexo – PAC 2022), já continham a previsão para as novas contratações e substituição de contratos existentes. O Contrato n. 001/2022, firmado junto ao Consórcio TÜV RHEINLAND – GEOSISTEMA, foi a materialização da previsão, contudo, diante das circunstâncias já descritas no Item 2 deste estudo, deverá ser substituído, preservadas a continuação das despesas vinculadas ao Plano Anual de Contratações da ANTT dos anos de 2021 e 2022. Especificamente quanto à GEGER, a continuação das suas ações está preservada no rito de contratação apartado e descrito no Processo SEI nº 50500.140297/2022-04.

Além disso, o objetivo do Planejamento Estratégico da ANTT 2020-2030 "Garantir a segurança jurídica, cumprimento de contrato e efetividade da regulação", o que somente poderá ser alcançado pela ANTT com a prestação dos serviços em quantidade e qualidade adequadas do seu corpo técnico.

Nessa esteira, a presente proposta de contratação está de acordo com o objetivo traçado pela ANTT, pois visa garantir que a SUOD tenha mão de obra qualificada e suficiente para prestar apoio técnico auxiliar ou subsidiário ao corpo de servidores efetivos do seu quadro. Esses últimos serão os responsáveis pelas proposições de tomada de decisão durante a fiscalização, gestão e regulação dos contratos de concessão de rodovias federais concedidas.

A contratação em questão se refere ao Plano Anual de Contratações ANTT para o exercício de 2022. A fim de incluir a demanda no Plano Anual de Contratações- PAC 2022, foi elaborado o Documento de Inclusão de Demanda (SEI nº 11870742) como parte do processo 50500.086584/2022-53 (anexado ao processo 50500.151950/2022-52). Esse documento foi acompanhado de justificativa e orçamento estimado para análise de custos unitários e total da contratação pretendida, em conformidade com a Norma Administrativa NA/003-18/SUDEG-01. Posteriormente, o Documento de Formalização da Demanda (SEI 14838310) foi elaborado, no qual foram indicadas as características iniciais da necessidade do Gabinete da SUOD, GECON, GEFOP e GERER.

Foi elaborado o Termo de Referência (15411538) para orientar a contratação, nele constam especificações, regime de execução, critérios de aceitabilidade, medições, produtividade, entre outras informações. Os serviços a serem contratados requerem alocação contínua de mão de obra em regime de exclusividade.

Além disso, há outros instrumentos relevantes como Mapa de Riscos (SEI nº 15487598), Nota Técnica (SEI nº 15450254), planilha orçamentária (SEI nº 15596837), pesquisa de mercado e modelos de formulários para padronização das ações de controle da contratação, todos anexados ao processo nº 50500.296350/2022-12.

3. Área requisitante

| Área Requisitante | Responsável |
|---|----------------------|
| Superintendência de Infraestrutura Rodoviária | Roger da Silva Pêgas |

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

- Os requisitos necessários para o atendimento da contratação são detalhados no Termo de Referência, a princípio, são eles: Nos termos do artigo 57, II da Lei 8666/93, trata-se de serviço continuado;
- Contratação de mão de obra com dedicação exclusiva por posto de trabalho; Práticas de sustentabilidade ambiental descritas no Termo de Referência;
- O prazo de vigência do contrato é de 30 (trinta) meses, podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 60 (sessenta) meses, com base no artigo 57, II, da Lei nº 8.666/1993.
- Poderá haver necessidade de transição gradual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas conforme descrito no Termo de Referência;
- O Regime de Execução é Empreitada por Preço Unitário;
- Declaração do licitante de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço;
- Cumprimento das obrigações da Contratada e Contratante previstas no Termo de Referência.

5. Levantamento de Mercado

A solução a ser contratada é implementada em todos os órgãos que eram vinculados ao antigo Ministério da Infraestrutura.

Os critérios técnicos de seleção do fornecedor são de amplo conhecimento, além de possuir grande número de fornecedores e não restringir a competitividade do certame.

Os preços unitários que deram origem ao valor do orçamento referencial foram obtidos das seguintes fontes detalhadas anexas ao Termo de Referência:

- Tabela de Preços de Consultoria do DNIT, janeiro/2023;
- Para efeito da formação do orçamento referencial, foi utilizada a Convenção Coletiva de Trabalho – CCT informada nas planilhas orçamentárias;
- Pesquisa de mercado realizada no bojo do processo SEI nº 50500.016720/2023-29; e Levantamento dos salários referenciais praticados na ANTT.
- Guia Brasileiro de Ocupações, <http://pdet.mte.gov.br/guia-brasileiro-de-ocupacoes>.

A definição da premissa para elaboração do orçamento se deu em atendimento ao disposto no Decreto nº 7.983, de 8 de abril de 2013, que estabelece regras e critérios para elaboração de orçamento de referência de obras e serviços de engenharia, contratados e executados com recursos do Orçamento Geral da União, como é o caso.

O quantitativo e o tipo de profissionais necessários para a realização de estimativa dos custos foi proposto para o Gabinete da SUOD, GECON, GEFOP e GERER, considerando a quantidade de 22 dias úteis trabalhados por mês, com periodicidade de 44 horas semanais por profissional. Em face disso, foi estimado o consumo mensal de horas por cada profissional em cada uma das atividades relacionadas, tornando possível estimar a quantidade de cada profissional que será utilizada a cada mês para execução de cada uma das atividades.

A metodologia de dimensionamento da equipe, assim como a memória descritiva do orçamento podem ser verificadas na NOTA TÉCNICA SEI Nº 839/2023/SUOD/DIR/ANTT (SEI nº 15450254). Já a memória de cálculo do orçamento está disponibilizada em planilha eletrônica junto ao Termo de Referência.

6. Descrição da solução como um todo

Trata-se da execução de serviços técnicos especializados de apoio, por equipe multidisciplinar, das demandas referentes aos processos da alçada do Gabinete da SUROD, GECON, GEFOP e GERER, conforme descritos no Item 2 deste estudo.

Os profissionais contratados serão responsáveis por prestar apoio técnico auxiliar ou subsidiário ao corpo de servidores públicos estatutários das unidades citadas da SUROD nos aspectos de acompanhamento, gestão, fiscalização e regulação dos contratos de concessão vigentes e daqueles que virão em breve. As atividades esperadas são:

- Atividade 01 - Apoio técnico no acompanhamento dos indicadores;
- Atividade 02 - Apoio técnico na definição e acompanhamento da agenda regulatória e desenvolvimento de atividades de regulação;
- Atividade 03 - apoio técnico nas respostas a questionamentos de ouvidoria, da diretoria, órgãos e controle externos e internos, judiciais;
- Atividade 04 - Apoio técnico na instrução e acompanhamento de Processos Administrativos Simplificados - PAS;
- Atividade 05 - Apoio técnico para elaboração, acompanhamento e fiscalização de contratos, termos de cooperação, convênios e afins;
- Atividade 06 - Apoio técnico na análise de prestações de contas;
- Atividade 07 - Apoio técnico na gestão de contratos de concessões rodoviárias;
- Atividade 08 - Apoio técnico na área atualização e desenvolvimento de sistemas para gestão e fiscalização dos contratos de concessão;
- Atividade 09 - Apoio técnico na atualização de manuais e procedimentos;
- Atividade 10 - Apoio técnico na análise e instrução de processos de recebimentos de obras;
- Atividade 11 - Apoio técnico na análise e consolidação dos dados referentes à operação, manutenção e conservação da rodovia;
- Atividade 12 - Apoio técnico na gestão da fiscalização da infraestrutura rodoviária;
- Atividade 13 - Apoio técnico para análise da aplicação dos Recursos de Desenvolvimento Tecnológico - RDT.

Além disso, o modelo de contratação proposto permitirá a eficiência da gestão, produtividade da fiscalização, otimização das equipes, intercâmbios de conhecimento, otimização de recursos públicos e a equalização das condições tecnológicas das análises realizadas na ANTT durante a avaliação das proposições recebidas das concessionárias.

Na presente contratação foi adotado o critério presencial de posto de trabalho, atrelados aos Índices de Medição de Resultados a serem estabelecidos para o cumprimento da IN SEGES/MP nº 05/2017.

O objeto do contrato tem a natureza de serviço comum de apoio técnico especializado por equipe multidisciplinar.

A presente contratação adotará como regime de execução EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO, uma vez que o regime é útil, pois comporta a modulação na execução e reduzirá as dificuldades em caso de variações e quantitativos ao longo da contratação.

O prazo de vigência do contrato é de 30 (trinta) meses, podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 60 (sessenta) meses, com base no artigo 57, II, da Lei 8.666/1993.

A Contratação se dará por LOTE ÚNICO para que se possa preservar a integridade qualitativa, quantitativa, técnica e econômica do objeto

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

Inicialmente, considerando a presente contratação se tratar basicamente de engenharia consultiva, buscou-se no site <http://www3.mte.gov.br/sistemas/mediador/ConsultarInstColetivo> a Convenção Coletiva de Trabalho - CCT vigente registrada no Ministério do Trabalho e Emprego - MTE entre o Sindicato Nacional das Empresas de Arquitetura e Engenharia Consultiva - SINAENCO (CNPJ nº 59.940.957/0001-60) e Sindicato dos Engenheiros no Distrito Federal - SENGE-DF (CNPJ nº 00.412.403/0001-48), no Distrito Federal - DF.

Após consulta, foi localizado CCT vigente, registrada no MTE é a seguinte:

- CCT DF000401/2022 (SEI nº 15584105) - Vigência de 01/05/2022 a 30/04/2023.

Denota-se que a CCT citada acima diz respeito à categoria de engenheiros e a atividade de engenharia consultiva, sendo que é a mais representativa da proposta de contratação, visto que para 42 (quarenta e dois) dos 57 (cinquenta e sete) profissionais é exigido na contratação a formação acadêmica e experiência profissional em engenharia.

Em relação ao piso salarial profissional dos Engenheiros foi considerado para o Engenheiro de Projetos Júnior, corresponde ao valor de 8,5 salários-mínimos (Medida Provisória 1172/23 reajustou o salário-mínimo para R\$ 1.320 a partir de 1º de maio de 2023), conforme os arts. 5º e 6º da Lei 4.950-A/66 (Súmula 370 do TST).

Conforme se observa, o piso de engenheiro júnior é relativo à jornada de trabalho de 44 (quarenta e quatro) horas semanais, e sendo assim, na presente contratação indicada no Termo de Referência (SEI nº 16008169), foi considerado a carga horária de 44 (quarenta e quatro) horas semanais.

Com isso, foi considerado como salário base de engenheiro júnior o piso de R\$ 11.220,00 (onze mil duzentos e vinte reais), e para os demais níveis de engenheiro, o salário foi baseado nas diferenças percentuais entre os níveis de experiência contemplados na metodologia disposta na Tabela de Consultoria do DNIT de janeiro de 2023, conforme indicado na tabela abaixo:

| CARGO | NÍVEL | DNIT | DIFERENÇA ENTRE NÍVEIS | | DIFERENÇA ENTRE JÚNIOR/ PLENO/ SÊNIOR | | CONTRATAÇÃO |
|------------------------|--------|---------------|------------------------|--------|---------------------------------------|--------|---------------|
| Engenheiro de projetos | SÊNIOR | R\$ 14.506,03 | R\$ 3.439,03 | 31,07% | R\$ 3.439,03 | 31,07% | R\$ 15.009,08 |
| | PLENO | R\$ 11.294,64 | R\$ 227,64 | 2,06% | R\$ 227,64 | 2,06% | R\$ 11.450,79 |
| | JÚNIOR | R\$ 11.067,00 | - | - | - | - | R\$ 11.220,00 |

Esse método teve a intenção de cumprir as recomendações do Acórdão TCU nº 1097/2019-Plenário, o qual tratou de necessidade contratação de nova empresa se necessário para a realização de novo certame:

"9.2.2. na eventual denição pela contratação por postos de serviço:

9.2.2.1. a necessidade de xação de salários em valores superiores aos pisos estabelecidos em Convenções Coletivas de Trabalho, fundamentada em estudos e por exercícios;

9.2.2.2. a realização de pesquisas de preços, demonstrando que os preços são compatíveis com aqueles pagos para serviços com tarefas de complexidade similar, abstendo-se de tomar como referência apenas os preços praticados em contratos anteriores da própria Agência; (...)"

Durante a elaboração do estudo, foram realizadas consultas ao mercado a respeito dos postos referentes a engenheiros de projetos, conforme Processo SEI nº 50500.016720/2023-29. Contudo, não se mostraram em patamares de aproveitamento em relação às recomendações do acórdão citado.

Para os demais postos de trabalho, não foram localizadas os pisos salariais em Convenção Coletiva de Trabalho - CCT ou Lei. Como alternativa à ausência dessa referência, foi realizada consulta ao mercado por meio do envio de correspondências a 51 (cinquenta e uma) empresas, de acordo com o descrito no Processo nº 50500.016720/2023-29. Dessas, 8 (oito) apresentaram cotações, o que auxiliou o cálculo da remuneração média praticada no setor privado para as categorias profissionais.

Contudo, a avaliação dos dados considerou que o volume de respostas à solicitação de cotações foi baixo. Na busca do aprimoramento do universo das opções de remuneração praticada para o cálculo das médias, a pesquisa foi complementada com:

- levantamento das médias salariais apuradas no Guia Brasileiro de Ocupações disponível no portal do Ministério do Trabalho e Previdência, <http://pdet.mte.gov.br/guia-brasileiro-de-ocupacoes> ;
- levantamento dos 7 (sete) contratos análogos de fornecimento de postos de trabalho dentro da ANTT, dentro dos quais as propostas das empresas fornecedoras estão detalhadas abaixo:

Tabela 2 - Contratos em andamento na ANTT com postos de trabalho similares aos desejados para o E

| N.º de ordem | Setor | Nome/Razão Social - Contratada | CNPJ |
|--------------|-------|--|--------------------|
| 1 | GEENG | CONSÓRCIO DYNATEST/ CONCREMAT/ CONTÉCNICA/ MODERA/ SCB - CONSÓRCIO DCMCS | 32.116.154/0001-30 |
| 2 | SUCON | CONSÓRCIO GEOSISTEMAS-DUCTOR | 70.073.275/0001-30 |
| 3 | SUFER | G4F SOLUÇÕES CORPORATIVAS LTDA | 07.094.346/0001-45 |
| 4 | SUPAS | CONSÓRCIO GEOSISTEMAS-DUCTOR | 70.073.275/0001-30 |
| 5 | SUOD | CONSÓRCIO GEOSISTEMAS-DUCTOR | 70.073.275/0001-30 |
| 6 | GEFEF | G4F SOLUÇÕES CORPORATIVAS LTDA | 07.094.346/0001-45 |
| 7 | ANTT | R7 FACILITIES SERVICOS DE ENGENHARIA LTDA | 11.162.311/0001-73 |

A partir dessas referências, foi adotado o método para o alcance dos preços médios, o qual consistia no cálculo da média do total dos valores obtidos por categoria, desconsiderados os valores extremos (maior e menor) do conjunto de dados. Considerando esse raciocínio, foi elaborada a tabela de cálculo abaixo:

Tabela 3 - Contratos em andamento na ANTT com postos de trabalho similares aos desejados para o Estudo Preliminar da Contratação

| Item Número | Especificação do Objeto | Unidade de Fornecimento ou de Cotação do Preço | QTD | Valores Unitários | | | | | | | | | | | | | | Guia Brasileiro de Ocupações | Valor Total (Média) |
|-------------|------------------------------------|--|-----|-------------------|---------------|---------------|---------------|--------------|---------------|---------------|---------------|--------------|---------------|---------------|--------------|--------------|---------------|------------------------------|---------------------|
| | | | | Empresa 1 | Empresa 2 | Empresa 3 | Empresa 4 | Empresa 5 | Empresa 6 | Empresa 7 | Empresa 8 | Contrato 1 | Contrato 2 | Contrato 3 | Contrato 4 | Contrato 5 | Contrato 6 | Contrato 7 | |
| 1 | Coordenador Geral | Und | 1 | R\$ 18.028,50 | R\$ 20.000,00 | R\$ 18.868,94 | R\$ 28.006,21 | | R\$ 25.278,61 | R\$ 17.568,25 | R\$ 20.000,00 | | R\$ 16.350,35 | R\$ 16.362,50 | | | R\$ 16.943,95 | | 19.131,34 |
| 6 | Assistente Administrativo - Sênior | Und | 6 | R\$ 9.332,94 | R\$ 8.000,00 | R\$ 6.876,44 | R\$ 3.474,86 | | R\$ 3.384,64 | R\$ 3.636,87 | R\$ 7.500,00 | | | | | | R\$ 9.332,94 | R\$ 9.467,28 | 7.202,67 |
| 7 | Assistente Administrativo - Júnior | Und | 8 | R\$ 6.441,10 | R\$ 3.500,00 | R\$ 4.123,07 | R\$ 3.037,28 | | R\$ 3.073,15 | R\$ 1.705,19 | R\$ 5.500,00 | R\$ 6.241,49 | | | | R\$ 6.241,49 | R\$ 6.441,10 | R\$ 4.278,63 | 4.733,43 |
| 8 | Bacharel em Direito - Sênior | Und | 8 | R\$ 12.211,01 | R\$ 10.000,00 | R\$ 9.897,32 | R\$ 14.796,64 | R\$ 9.701,72 | R\$ 18.789,78 | R\$ 10.071,83 | R\$ 10.000,00 | R\$ 7.584,67 | | R\$ 9.940,27 | R\$ 9.940,27 | R\$ 7.584,67 | R\$ 12.211,01 | | 11.262,04 |
| 9 | Bacharel em Direito - Júnior | Und | 5 | R\$ 5.000,00 | R\$ 4.000,00 | R\$ 4.384,99 | R\$ 7.321,03 | R\$ 4.254,47 | R\$ 14.463,50 | R\$ 4.416,77 | R\$ 5.000,00 | | | R\$ 4.405,08 | R\$ 4.405,08 | R\$ 4.405,08 | | | 5.153,54 |
| 11 | Estatístico - Pleno | Und | 1 | | R\$ 7.000,00 | R\$ 11.603,60 | R\$ 15.383,45 | | R\$ 8.045,09 | R\$ 6.129,73 | R\$ 5.500,00 | | | | | | | | 9.632,37 |
| 12 | Técnico Administrativo Sênior | Und | 5 | R\$ 9.500,00 | R\$ 5.000,00 | R\$ 4.289,66 | R\$ 9.998,82 | | R\$ 4.884,82 | R\$ 7.087,29 | R\$ 5.500,00 | | | | | R\$ 3.466,67 | | | 5.928,70 |
| 13 | Técnico Administrativo Pleno | Und | 7 | R\$ 7.800,00 | R\$ 3.600,00 | R\$ 2.610,40 | R\$ 6.274,43 | | R\$ 4.374,02 | R\$ 4.131,74 | R\$ 3.500,00 | R\$ 2.833,33 | | | | | R\$ 2.833,33 | | 3.547,73 |

É importante ressaltar que a pesquisa de mercado realizada contempla profissionais para funções administrativas, tendo em vista que, em princípio, havia a intenção de contemplar essas vagas no escopo presente, mantendo-se inclusive o entendimento das contratações anteriores já realizadas no âmbito da SUROD.

Contudo, em razão do conteúdo do Despacho SUDEG/GELIC/COLIC (SEI 16676964), retiraram-se todos os postos de apoio administrativo, conforme orientação da SUDEG, a seguir transcrita (*verbis*):

“Nesse sentido, em complemento às recomendações constantes no itens 2.2.3 - a) e 3.3. da NOTA TÉCNICA SEI Nº 2216/2023/COLIC/GELIC/SUDEG/DIR/ANTT (SEI 16388281), e sobretudo, em se tratando da prerrogativa de avaliação desta Superintendência quanto aos cargos contemplados no referido contrato em detrimento daqueles solicitados na presente demanda, e considerando a pertinência da vigência atual do Contrato Administrativo nº 005/2023 junto a empresa R7 FACILITIES SERVIÇOS DE ENGENHARIA LTDA, informamos que não será possível a contratação dos postos administrativos na qualificação de assistentes administrativos (Sênior e Júnior) e técnicos administrativos (Sênior e Pleno) na proposta de contratação ora apresentada, sendo necessária a revisão dos cargos previstos na presente instrução.”

Não obstante, a fim de refinar o tratamento dos dados, e assim garantir maior aderência com o mercado, a Equipe de Planejamento da Contratação realizou a análise crítica dos valores como critério objetivo para tratamento das informações, ocasião em que, de início, foram descartados os menores e os maiores valores para cada categoria profissional. Note-se que o fato de existirem limites superiores e inferiores que extrapolam o padrão da amostra não é suficiente para descaracterizar toda a pesquisa. **Contudo, indo mais além, a fim de melhor embasar o critério de descarte utilizado, procedeu-se a nova interação, desta vez calculando-se os limites para o intervalo de confiança de 95% de probabilidade de ocorrência.** Com isso, todos os valores superiores ou inferiores a este limite foram descartados, garantindo não somente um critério mais transparente para descarte como uma maior homogeneidade da amostra restante, o que reforça a utilização da média (recomendada para amostras pequenas e homogêneas) em detrimento da mediana. Os resultados constam na planilha do orçamento de forma que os salários e preços dos postos de trabalho adaptados a este ajuste final no tratamento da pesquisa obtida. O descarte dos limites, é importante reiterar, evita que a média resulte em valores dos postos de trabalho maiores que o considerado nos cálculos, ou seja, o procedimento é um ajuste importante para que se obtenha maior fidedignidade com o mercado e coerência com a economicidade e melhor preço de venda almejado, sem deixar de observar os ditames legais vigentes.

Destarte, a tabela com os dados finais tratados (com todos os descartes) foi a seguinte* (extraída da planilha de orçamento):

**Observação: notar que, apesar da pesquisa aplica-se aos engenheiros, não foram utilizados tais valores para composição do preço de referência, conforme já exposto anteriormente.*

| | DESCRIÇÃO | Empresa 1 | Empresa 2 | Empresa 3 | Empresa 4 | Empresa 5 | Empresa 6 | Empresa 7 | Empresa 8 | Contrato 1 | Contrato 2 | Contrato 3 | Contrato 4 | Contrato 5 | Contrato 6 | Contrato 7 | Guia de Ocupações | MÉDIA IC95% |
|----|---|---------------|---------------|---------------|-----------|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|------------|---------------|------------|------------|---------------|------------|-------------------|---------------|
| 1 | Coordenador Geral - Formação em Direito/ Economia/ Engenharia - Experiência profissional comprovada ≥ 10 (dez) anos em atividades de nível superior; experiência comprovada em atividades de gestão de contratos ou gestão de equipes multidisciplinares, rotina administrativa, com conhecimento em infraestrutura de transportes. | R\$ 18.029,50 | R\$ 20.000,00 | R\$ 18.868,04 | | | | | R\$ 20.000,00 | | | | | | | | | R\$ 19.224,34 |
| 2 | Coordenador Técnico - Formação em Engenharia Civil - Experiência Profissional ≥ 10 anos - Engenheiro Civil Sênior - Profissional com experiência mínima comprovada de 10 anos em infraestrutura rodoviária, experiência comprovada em coordenação de equipes técnicas de engenharia ou multidisciplinares na área de infraestrutura rodoviária, seja no Gerenciamento, Análise ou Elaboração de Projetos, no Superado. | | R\$ 18.000,00 | R\$ 17.345,29 | | R\$ 16.922,67 | | | R\$ 18.000,00 | R\$ 17.632,50 | | | | | | | | R\$ 17.580,17 |
| 3 | Profissional de nível superior sênior - Formação em Engenharia Civil - Experiência Profissional ≥ 10 (dez) anos de experiência profissional comprovada; | | R\$ 16.000,00 | | | | | R\$ 14.946,11 | R\$ 15.000,00 | R\$ 14.940,99 | | | | | | | | R\$ 15.221,77 |
| 4 | Profissional de nível superior pleno - Formação em Engenharia Civil - Experiência Profissional ≥ 5 (cinco) anos de experiência profissional comprovada; | | R\$ 13.000,00 | | | | | R\$ 11.551,52 | | R\$ 11.356,92 | | | | | | | | R\$ 11.969,48 |
| 5 | Profissional de nível superior júnior - Formação em Engenharia Civil - 05 anos de experiência profissional comprovada | R\$ 10.302,00 | R\$ 10.500,00 | R\$ 10.579,76 | | R\$ 10.302,00 | | R\$ 10.695,01 | | R\$ 10.302,00 | | R\$ 10.302,00 | | | | | | R\$ 10.426,11 |
| 6 | Profissional de nível superior sênior - Formação Bacharel em Direito - Experiência Profissional ≥ 10 (dez) anos de experiência profissional comprovada; | R\$ 12.211,01 | | | | | | | | | | | | | R\$ 12.211,01 | | | R\$ 12.211,01 |
| 9 | Profissional de nível superior júnior - Formação Bacharel em Direito - Experiência Profissional ≥ 05 (cinco) anos de experiência com experiência profissional comprovada; | R\$ 5.000,00 | | | | | | | R\$ 5.000,00 | | | | | | | | | R\$ 5.000,00 |
| 10 | Profissional de nível superior pleno - Formação em Engenharia Civil, Geodesta, Engenharia Agrônoma ou Engenharia Cartográfica - Experiência Profissional ≥ 5 (cinco) anos de experiência profissional comprovada e especialização em geoprocessamento; | R\$ 12.450,00 | | R\$ 11.026,26 | | R\$ 11.127,03 | R\$ 12.256,80 | R\$ 11.118,79 | | | | | | | | | | R\$ 11.595,78 |
| 11 | Profissional de nível superior pleno - Formação em Estatística - Experiência Profissional ≥ 5 (cinco) anos de experiência profissional comprovada; | | | R\$ 11.603,60 | | | R\$ 8.045,09 | | | | | | | | | | | R\$ 9.824,35 |

A formalização de demanda da SUROD fez uma requisição de contratação de um total de 90 profissionais. Contudo, em razão da retirada dos postos administrativos, esta quantidade passou para 57 (cinquenta e sete) postos de trabalho. Entre as suas justificativas de demanda, os principais aspectos retirados dos seus argumentos foram:

- Expectativa de demanda de serviço associada aos contratos de concessões existentes e novos;
- Aprendizado de contratos similares anteriores de equipes especializadas, retirando os quantitativos das gerências da SUROD independentes devido às suas especificidades;
- Continuação da prestação do serviço especializado que será interrompido devido à inabilitação de uma das componentes do consórcio signatário do Contrato nº 1/2022.

A lista final pode ser encontrada abaixo e está em conformidade com as necessidades identificadas no Item 2.

Para a estimativa das despesas eventuais, em especial as relacionadas a deslocamento e diárias para apoio técnico, considerou-se que essa necessidade seria esporádica, demandada em períodos curtos (inferiores a uma semana) e específica do serviço prestado.

Para a pesquisa de preços das passagens aéreas, foram consultados os portais eletrônicos dos fornecedores, como www.voeazul.com.br, www.passagensaereas.com.br/latam e www.voegol.com.br, para o trecho de Brasília-DF a capitais com rodovias concedidas (exceto Goiás). Foi estimado o número de duas viagens por semestre para cada concessão.

Para o cálculo das diárias, foi considerada a média dos valores da tabela de indenização de diárias para servidores públicos federais no país, conforme Anexo I do Decreto nº 11.117, de 1º de julho de 2022, em cada Unidade de Despesa de Diária. Foram previstas duas diárias por viagem.

Destaca-se que as orientações da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 5 de agosto de 2020, foram integralmente cumpridas.

Com isso, o resultado final do levantamento e cálculo foi o disposto na tabela seguinte:

| ITEM | DESCRIÇÃO | UNIDADE DE MEDIDA | QUANTIDADE |
|------|------------------------------|-------------------|------------|
| 1 | Coordenador-Geral | Posto de trabalho | 1 |
| 2 | Coordenador Técnico | Posto de trabalho | 1 |
| 3 | Engenheiro Sênior | Posto de trabalho | 7 |
| 4 | Engenheiro Pleno | Posto de trabalho | 22 |
| 5 | Engenheiro de Projetos Pleno | Posto de trabalho | 2 |

| | | | |
|----|-------------------------------------|-------------------|----|
| 6 | Engenheiro Júnior | Posto de trabalho | 10 |
| 7 | Bacharel em Direito Sênior | Posto de trabalho | 7 |
| 8 | Bacharel em Direito Júnior | Posto de trabalho | 5 |
| 9 | Especialista em Georreferenciamento | Posto de trabalho | 1 |
| 10 | Estatístico | Posto de trabalho | 1 |

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 47.864.498,40

| ESTIMATIVA DE PREÇOS OU PREÇOS REFERENCIAIS (art. 24, §1º, VI, da IN 05/2017) | | | | | | |
|---|----------------------------------|-------------------|------------------|------------------------------|---------------------------|---------------------|
| ITEM | DESCRIÇÃO | QUANTIDADE MENSAL | QUANTIDADE TOTAL | VALOR UNITÁRIO DE REFERÊNCIA | VALOR TOTAL DE REFERÊNCIA | FONTE |
| | | | 30 MESES | | | |
| 1 | COORDENADOR GERAL | 1 | 30 | R\$ 44.701,38 | R\$ 1.341.041,40 | Pesquisa de Mercado |
| 2 | ENGENHEIRO COORDENADOR TÉCNICO | 1 | 30 | R\$ 40.965,75 | R\$ 1.228.972,50 | Pesquisa de Mercado |
| 3 | ENGENHEIRO CIVIL SÊNIOR | 7 | 210 | R\$ 245.869,26 | R\$ 7.376.077,80 | Tabela DNIT |
| 4 | ENGENHEIRO CIVIL PLENO | 22 | 660 | R\$ 594.872,96 | R\$ 17.846.188,80 | Tabela DNIT |
| 5 | ENGENHEIRO DE PROJETOS PLENO | 2 | 60 | R\$ 54.079,36 | R\$ 1.622.380,80 | Tabela DNIT |
| 6 | ENGENHEIRO CIVIL JÚNIOR | 10 | 300 | R\$ 265.153,30 | R\$ 7.954.599,00 | Tabela DNIT |
| 7 | BACHAREL EM DIREITO SÊNIOR | 7 | 210 | R\$ 201.368,44 | R\$ 6.041.053,20 | Pesquisa de Mercado |
| 8 | BACHAREL EM DIREITO JÚNIOR | 5 | 150 | R\$ 61.916,90 | R\$ 1.857.507,00 | Pesquisa de Mercado |
| 9 | ESPECIALISTA EM GEOPROCESSAMENTO | 1 | 30 | R\$ 27.039,68 | R\$ 811.190,40 | Tabela DNIT |
| 10 | ESTATÍSTICO | 1 | 30 | R\$ 22.908,21 | R\$ 687.246,30 | Pesquisa de Mercado |
| 11 | DESLOCAMENTO AÉREO | 8 | 240 | R\$ 27.164,64 | R\$ 814.939,20 | Pesquisa de Mercado |
| 12 | DIÁRIAS | 20 | 600 | R\$ 9.443,40 | R\$ 283.302,00 | Pesquisa de Mercado |
| VALOR GLOBAL DE REFERÊNCIA | | R\$ 47.864.498,40 | | | | |

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

Optou-se por delimitar o objeto em lote único devido à grande parte das atividades desenvolvidas pelas unidades da SUROD apresentarem um mesmo nível de utilidade entre as esferas de atuação. Além disso, a contratação em lote único centraliza e otimiza as estruturas administrativas e gerenciais da equipe, proporcionando eficiência administrativa, operacional e econômica.

De acordo com o artigo 23, §1º da Lei 8666/93, a Administração Pública é obrigada a promover o parcelamento do objeto, quando houver viabilidade técnica e econômica para tanto, com o objetivo de ampliar a competitividade e possibilitar a economia de escala. Segundo Marçal Justen Filho, a finalidade principal do parcelamento é a obtenção de vantagens econômicas para a Administração, com a redução das despesas administrativas e a obtenção de melhores ofertas. Assim, o parcelamento só deve ser adotado quando houver ganho econômico para a Administração e não simplesmente para beneficiar um maior número de particulares. A Decisão 348/1999, Plenário do TCU, reforça essa posição:

“Na forma do art. 23, § 1º da Lei 8666/63, deve a Administração buscar o parcelamento do objeto, com vistas a melhor aproveitar os recursos do mercado e, sobretudo, ampliar a competitividade do certame. Todavia, essa orientação exige que o parcelamento somente seja efetuado quando não resultar em perda de economia de escala. Não se pode esquecer que a licitação é procedimento administrativo que visa, entre outros aspectos, a que a Administração contrate de forma mais vantajosa possível. Logo, não seria razoável, além de ser ilegal, que o parcelamento venha ocasionar economia de escala e, por via de consequência, maiores custos para a Administração Pública.”

A proposição da contratação foi desenhada de modo a otimizar o aproveitamento de cada um dos postos de trabalho a serem disponibilizados para o apoio às atividades do Gabinete da SUOD, GECON, GEFOP e GERER. A escolha pelo parcelamento do objeto implicaria em prejuízo técnicos, administrativos e gerenciais do objeto, como por exemplo: mais custos com licitações, mais cargos de coordenação de equipe dentro das equipes terceirizadas, sujeição a variações de mercado diversas, dentre outros aspectos.

Com a visão do todo o compartilhamento do apoio técnico especializado, as unidades interessadas da SUOD terão condições de aproveitar ao máximo cada posto de trabalho disponibilizado, diminuindo significativamente os riscos de ocorrência de ociosidade. Isso porque, poderá haver compartilhamento de mão-de-obra entre unidades em situações excepcionais, apoio mútuo e escalas para as necessidades especiais em projetos excepcionais da superintendência.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Não se faz necessária a realização de contratações correlatas e/ou interdependentes para a viabilidade e contratação desta demanda. Para a delimitação do objeto, foi promovido levantamento das ações propostas no Termo de Referência e promovido o cruzamento com as demais contratações existentes ou em fase de planejamento e licitação no âmbito da SUOD, constatando-se que não há sobreposição, correlação, interdependência ou conflito entre os objetos.

A contratação em vigor no âmbito da SUOD (processo nº 50500.045574/2021-87), no caso o Contrato nº 001/2022, deverá ser extinta assim que o contrato afeto à licitação requerida neste estudo tiver objeto adjudicado e contrato firmado.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

Conforme Deliberações ANTT nº 275/2020, nº 528/2020 e nº 158/2021, o Planejamento Anual de Contratações - PAC da ANTT de 2021 e 2022 previu o valor estimado global para contratação dos serviços de apoio técnico para:

- a execução de serviços técnicos especializados de engenharia consultiva e assessoramento em gestão pública;
- aprimoramento dos mecanismos de governança, gerenciamento e operação das demandas dos empreendimentos de infraestrutura, logística e programas governamentais previstos nas rodovias federais outorgadas à exploração da iniciativa privada, no âmbito da SUOD e suas Gerências GEFIR (atuais GECON e GEFOP), GEGEF e GERER.

O Anexo à Deliberação ANTT nº 275/2020, alterada pela nº 528/2020 (item 1.39 do Anexo – PAC 2021), bem como o Anexo à Deliberação ANTT nº 158/2021 (item 2.5 do Anexo – PAC 2022), já continham a previsão para as novas contratações e substituição de contratos existentes. O Contrato n. 001/2022, firmado junto ao Consórcio TÜV RHEINLAND – GEOSISTEMA), foi a materialização da previsão, contudo, diante das circunstâncias já descritas no **Item 2** deste estudo, deverá ser substituído, preservadas a continuação das despesas vinculadas ao Plano Anual de Contratações da ANTT dos anos de 2021 e 2022. Especificamente quanto à GEGEF, a continuação das suas ações está preservada no rito de contratação apartado e descrito no Processo SEI nº 50500.140297/2022-04.

Além disso, o objetivo do Planejamento Estratégico da ANTT 2020-2030 "Garantir a segurança jurídica, cumprimento de contrato e efetividade da regulação", o que somente poderá ser alcançado pela ANTT com a prestação dos serviços em quantidade e qualidade adequadas do seu corpo técnico.

Nessa esteira, a presente proposta de contratação está de acordo com o objetivo traçado pela ANTT, pois visa garantir que a SUROD tenha mão de obra qualificada e suficiente para prestar apoio técnico auxiliar ou subsidiário ao corpo de servidores efetivos do seu quadro. Esses últimos serão os responsáveis pelas proposições de tomada de decisão durante a fiscalização, gestão e regulação dos contratos de concessão de rodovias federais concedidas.

A contratação em questão se refere ao Plano Anual de Contratações ANTT para o exercício de 2022. A fim de incluir a demanda no Plano Anual de Contratações - PAC 2022, foi elaborado o Documento de Inclusão de Demanda (SEI nº 11870742) como parte do processo 50500.086584/2022-53 (anexado ao processo 50500.151950/2022-52). Esse documento foi acompanhado de justificativa e orçamento estimado para análise de custos unitários e total da contratação pretendida, em conformidade com a Norma Administrativa NA/003-18/SUDEG-01. Posteriormente, o Documento de Formalização da Demanda (SEI 14838310) foi elaborado, no qual foram indicadas as características iniciais da necessidade do Gasbinete da SUROD, GECON, GEFOP e GERER.

Foi elaborado o Termo de Referência (17973850) para orientar a contratação, nele constam especificações, regime de execução, critérios de aceitabilidade, medições, produtividade, entre outras informações. Os serviços a serem contratados requerem alocação contínua de mão de obra em regime de exclusividade.

Além disso, há outros instrumentos relevantes como Mapa de Riscos (SEI nº 15487598), Nota Técnica (SEI nº 15450254), planilha orçamentária (SEI nº 15596837), pesquisa de mercado e modelos de formulários para padronização das ações de controle da contratação, todos anexados ao processo nº 50500.296350/2022-12.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

A contratação do apoio técnico especialização por equipe multidisciplinar ampliará o corpo técnico do Gabinete da SUROD, GECON, GEFOP e GERER, proporcionando maior agilidade no atendimento das demandas da superintendência, maior precisão e profundidade nas entregas das demandas e melhor aproveitamento dos recursos humanos, ensejando no suporte necessário ao cumprimento de suas atividades institucionais e assegurando aos usuários a adequada infraestrutura, prestação de serviços de transportes terrestres com transparência e regulação efetiva.

De forma prática, a pretensão é que o desenvolvimento de projetos e as entregas esperadas dos processos convencionais sejam todos efetivados em tempo hábil e dentro prazo combinado com todos os clientes que demandam ações da superintendência.

13. Providências a serem Adotadas

| | |
|----|---|
| 1. | Disponibilidade de instalações físicas para os profissionais; |
| 2. | Disponibilidade de equipamentos de informática e comunicação para os profissionais. |

14. Possíveis Impactos Ambientais

Não se aplica.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

Por todo exposto, esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

EMERSON ROCHA DUTRA

Membro da comissão de contratação

JOSÉ LUIS VIANNA FERREIRA

Membro da comissão de contratação

FERNANDO BARBELLI FEITOSA

Membro da comissão de contratação